



AUTARQUIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Autarquia Municipal de Educação de Apucarana Superintendência de Licitações			
Processo Administrativo	37600/2026	Pregão Eletrônico	22/2026
Realização da Licitação	09:30 horas do dia 01/07/2026		
Tipo	Menor preço por lote - serviços		
Objeto	Contratação de Empresa para execução do Serviço Comum de engenharia, visando o reforço de rede de baixa tensão para atender o padrão de energia 3x200A de 14 instituições escolares do Município de Apucarana		
Órgão	Autarquia Municipal de Educação de Apucarana – UASG 928300		

Índice:

- 1.0 Do objeto, do preço máximo e do critério de julgamento;
- 2.0 Da impugnação, dos esclarecimentos;
- 3.0 Das condições de liquidação, pagamento e reajuste;
- 4.0 Das condições de participação;
- 5.0 Do credenciamento e do sistema eletrônico;
- 6.0 Da Proposta Inicial e do Preenchimento;
- 7.0 Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances;
- 8.0 Da aceitabilidade da proposta vencedora;
- 9.0 Do envio da proposta de preços e documentos de habilitação;
- 10.0 Do descritivo da proposta;
- 11.0 Do julgamento e aceitabilidade da proposta vencedora;
- 12.0 Dos recursos;
- 13.0 Da adjudicação e homologação;
- 14.0 Do contrato, recebimento e pagamento;
- 15.0 Da subcontratação;
- 16.0 Da alteração subjetiva;
- 17.0 Das sanções;
- 18.0 Da revogação e anulação;
- 19.0 Das disposições gerais.

INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS
Telefone para contato: 43 3422-4000, Ramais: 321, 342 e 343. Horário: 08:00 às 18:00 horas Email: licitacao.ame@apucarana.pr.gov.br



RESUMO DO EDITAL

1. Objeto: Contratação de Empresa para execução do Serviço Comum de engenharia, visando o reforço de rede de baixa tensão para atender o padrão de energia 3x200A de 14 instituições escolares do Município de Apucarana.

2. Valor Máximo e condições de medição, liquidação e pagamento:

- R\$ 118.096,68 (cento e dezoito mil, noventa e seis reais e sessenta e oito centavos);
- O pagamento à Contratada será efetuado em até 30 (trinta) dias, após o recebimento no Departamento de Tesouraria da Prefeitura do Município de Apucarana, da nota fiscal/fatura atestada pela Fiscalização.

3. Critério de julgamento: Menor preço por lote - serviços

5. Previsão de Subcontratação	6. Ampla Concorrência	7. Exclusivo MEI/ME/EPP	8. Reserva de Lote MEI/ME/EPP
Conforme item 15 do Edital	SIM (X) NÃO ()	SIM () NÃO (X)	SIM () NÃO (X)

8. Plataforma eletrônica: www.comprasgovernamentais.gov.br

9. Do cadastro das propostas: A proposta eletrônica deverá ser cadastrada exclusivamente no meio sítio www.gov.br/compras, a partir da liberação do Edital, **até as 09h30 do dia 01 de Julho de 2026**, horário de Brasília-DF.

10. Início da fase de lances: A partir das **09h30 horas do dia 01 de Julho de 2026**, horário de Brasília-DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico www.gov.br/compras, será aberta por comando do Pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

11. Da habilitação: Conforme Anexo IX do edital.

12. Projeto básico: Conforme Anexo X.

13. Prazo de execução: 60 (sessenta) dias corridos.

14. Vigência do contrato: 120 (cento e vinte) dias corridos.

15. Garantia: Não será exigida, conforme cláusula nona da minuta do Contrato.



A **Autarquia Municipal de Educação de Apucarana**, inscrita no CNPJ SOB Nº 11.701.924/0001-31, sediado à Avenida Jaboti, 195, neste município, por intermédio dos pregoeiros, designado pela Portaria nº **362/2025 de 05 de Novembro de 2025**, em conformidade com o disposto na Lei Federal 14.133/2021, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/14; **Resolução CD/FNDE Nº 06, de 08 de maio de 2020**; Lei Municipal nº 101/2019; **Lei Municipal nº 058/2019**; Decreto Municipal nº 936/2023, o qual regulamenta a Lei Federal 14.133/2021; e suas alterações, legislação correlata e pelas normas do portal de compras governamentais (www.gov.br/compras), torna pública a realização de licitação, na modalidade **Pregão**, na forma **Eletrônica**, do tipo **Menor Preço – Lote – Serviços**, conforme as condições e especificações constantes do presente edital, inclusive seus anexos, notadamente o **Anexo IV**, que veicula o Termo de Referência.

Processo Administrativo		Pregão Eletrônico	
37600/2026		22/2026	
Expedido em	15/06/2026		
Tipo	Menor do preço	Regime	Global
Data inicial para acolhimento das propostas		Data final de cadastro das propostas e início da fase de lances	
17/06/2026		01/07/2026	
Hora da fase de lances		09:30 hs	
Requisitante			
Ofício Nº2022/2025/AME/ENG – Autarquia Municipal de Educação (AME)			

1. Do objeto, do preço máximo e do critério de julgamento

1.1 O presente edital tem por objeto a abertura de processo licitatório para **Contratação de Empresa para execução do Serviço Comum de engenharia, visando o reforço de rede de baixa tensão para atender o padrão de energia 3x200A de 14 instituições escolares do Município de Apucarana**, de acordo com as condições e especificações constantes, notadamente o **Anexo X**, que veicula o Projeto Básico.

1.2 O preço máximo admitido para execução dos serviços é de **R\$ 118.096,68 (cento e dezoito mil, noventa e seis reais e sessenta e oito centavos)**, o preço máximo estimado da futura contratação.

1.3 A proposta final que consignar preços, mesmo que após as tentativas de negociações,



inclusive unitários, superiores aos fixados por este edital será desclassificada, conforme o §1º do Art. 61 da Lei Federal 14.133/2021.

1.4 As despesas decorrente da contratação dos serviços de que trata o objeto deste termo de referência correrão à conta do orçamento:

Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental – 2123			
Sub. Elemento – descrição		Vínculo	Referência
3339039160000000000	Manutenção e conservação de bens imóveis	104 - Educação/25%	765

1.4 O critério de julgamento da presente licitação é o de **MENOR PREÇO - VALOR GLOBAL**.

1.5 Analisando o Objeto (Serviços de Engenharia comum), notamos que a maioria das Empresas de Engenharia são de Grande Porte e com o intuito de abranger uma gama maior de Fornecedores Capacitados, todos os Lotes deste Processo serão abertos para Ampla Concorrência, obtendo-se assim, preços mais justos e uma melhor qualidade do serviço.

2. Da impugnação, dos esclarecimentos

2.1 As impugnações ao presente Edital poderão ser feitas até o dia **26/06/2026, (03) três dias úteis**, antes da data fixada para a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico, por qualquer cidadão ou licitante.

2.2 A impugnação deverá ser apresentada por escrito, dirigida ao Pregoeiro e a equipe de apoio, e conter o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a denominação social da empresa, número do CNPJ, telefone, endereço eletrônico para contato, devendo ser protocolada no Setor de Protocolo da Prefeitura do Município de Apucarana, localizado no Centro Cívico José de Oliveira Rosa, nº 25, no horário das 08h00 às 18h00, ou encaminhada por e-mail ao endereço eletrônico: licitacao.pma@apucarana.pr.gov.br

2.3 A impugnação será julgada em até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e a resposta será publicada no Portal da Transparência do Município de Apucarana, e disponibilizada no sítio www.apucarana.pr.gov.br, no link Transparência - Licitações Município de Apucarana.

2.4 Não será conhecida impugnação interposta por fax ou vencido o respectivo prazo legal.



2.5 Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

2.6 Os pedidos de **esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até 03 (três) dias úteis anteriores** à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, endereçados exclusivamente ao e-mail: licitacao.pma@apucarana.pr.gov.br

2.6.1 O Pregoeiro e a equipe de apoio responderão aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

2.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

2.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

2.7.2 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

3. Das condições de liquidação, pagamento e reajuste

Liquidação

3.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para fins de liquidação.

3.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



3.2.1 A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com Decreto Municipal nº 608/2023, o qual está em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de Janeiro de 2012 e alterações posteriores;

3.2.2 A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no citado decreto;

3.2.3 Caso o fornecedor seja imune, isento e/ou possua dispensa através de amparo legal, o mesmo deverá indicar no campo observação da nota fiscal. Na ausência de informação, o Departamento de Contabilidade, juntamente com a Secretaria da Fazenda, procederá a retenção do imposto conforme as alíquotas contidas no Anexo I da citada Instrução Normativa.

3.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

3.4 O pagamento será precedido de consulta aos sistemas que geram as Certidões Negativas, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação.

3.5 Na hipótese de irregularidade na habilitação, a contratada deverá regularizar a sua situação no prazo de até 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação das sanções contratuais e rescisão do contrato.

3.6 O pagamento efetuado pelo Município de Apucarana não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades.

3.7 É vedado à contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

3.8 Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Município de Apucarana, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$



I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

Forma de pagamento

3.9 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

3.10 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

3.11 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

3.12 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Do reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro:

3.13 Revisão: fato extraordinário, imprevisível ou previsível, mas de consequências incalculáveis, previsto no Artigo 127 da Lei Federal 14.133/2021 e no Artigo 272 do Decreto Municipal 936/2023;

3.13.1 Quando verificado pela empresa vencedora que os valores para fornecimento de bens não condizerem com a realidade dos preços praticados pelo mercado, a mesma poderá solicitar o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, por meio de documentos que comprovem os prejuízos, como por exemplo, notas fiscais de compra atualizadas, que deverão ser protocolados em dias úteis, das 08:00 às 18:00, no edifício da Prefeitura, Centro Cívico José de Oliveira Rosa, nº 25, setor de protocolo, ou por meio do endereço eletrônico: licitacao.ame@apucarana.pr.gov.br.



3.13.2 Para que o processo seja deferido, as empresas habilitadas e classificadas na sessão do pregão eletrônico serão convocadas para apresentarem os valores para os itens que serão reequilibrados. Desta forma se houverem valores inferiores ao solicitado pela empresa vencedora, serão realizadas negociações conforme orientações da Procuradoria Jurídica.

4. Condições de participação

4.1 Não poderão participar, direta ou indiretamente, deste Pregão Eletrônico:

4.1.1 Interessados que se enquadrem nas vedações previstas no Artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/21;

4.1.2 Empresas cujo objeto social não seja compatível com o objeto deste Pregão;

4.1.3 Empresas que não estejam regularmente estabelecidas no País;

4.1.4 Empresas suspensas temporariamente de participar de licitação e de contratar com o Município de Apucarana ou outra entidade deste Município;

4.1.5 Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

4.1.6 Empresas que se encontrem sob falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, exceto empresas com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente.

4.1.7 Cooperativa de mão de obra;

4.1.8 Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição.

4.1.9 Empresas cujo sócio, cotista ou dirigente seja servidor da Prefeitura do Município de Apucarana, ou cônjuge, companheiro, parente em linha reta e colateral, consanguíneo ou afim até o terceiro grau, de servidor público do Executivo ou Legislativo do Município de Apucarana, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja agente de contratação, membro da comissão de contratação, pregoeiro ou autoridade ligada à contratação.

5. Do credenciamento e do sistema eletrônico

5.1 Os interessados em participar desta Licitação deverão estar previamente credenciados



no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e perante o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, pelo site www.gov.br/compras.

5.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

5.1.2 O número da UASG no sistema COMPRASGOV: 987425. É por este número que será encontrado o processo e poderá se cadastrar para a participação em todas as licitações do Município de Apucarana.

5.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.5 A proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e seus lances.

5.6 Se o sistema do Pregão Eletrônico ficar inacessível por problemas operacionais exclusivamente por parte do portal de compras, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o certame será suspenso e retomado somente após a comunicação via e-mail e chat aos participantes.

5.7 No caso de desconexão apenas do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível às proponentes para recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.



5.8 Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes.

5.9 Caberá à proponente:

5.9.1 Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o todo o processo do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, inclusive no que tange aos subitens supra.

5.9.2 Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

5.9.3 O uso da senha de acesso pela proponente é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo plataforma responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.9.4 O credenciamento junto ao SICAF, implica a responsabilidade legal da proponente e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

5.10 **ATENÇÃO!** Em caso de suspensão da sessão pública informada no Chat da Plataforma Compras Governamentais, conforme **art. 43 da IN SEGES/ME 73/2022**, a mesma somente poderá ser retomada **mediante aviso prévio no sistema, com antecedência mínima de 24 horas**.

6. Da Proposta Inicial e do Preenchimento

Proposta inicial

6.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

6.1.1 O pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital.

6.1.2 A sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.



6.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

6.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

6.3 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4 O Pregoeiro, verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

Do preenchimento da proposta

6.5 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.5.1 Valor global.

6.6 **ATENÇÃO!** As Empresas que se cadastrarem no Programa de integridade (Lei nº 14.133/2021 e regulamentado pelo Decreto nº 12.304/2024), LEMBRAMOS! Que a Declaração Falsa sobre a existência do programa de integridade pode levar a penalidades severas, incluindo advertências, multas, impedimento de licitar e até declaração de inidoneidade.

6.7 Todas as especificações do objeto contidas no edital vinculam o Contratado.

6.7.1 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no Compras governamentais (CATMAT) e as especificações constantes deste edital, **prevalecerão a do edital.**

6.8 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação da Obra ou Serviços Especiais de Engenharia.

6.9 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



6.10 O prazo de validade da proposta não será inferior a 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

7. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

7.1 O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.2 A abertura da presente licitação dar-se-á a partir **das 09h30min horas do dia 01 de Julho de 2026**, horário de Brasília-DF em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.3 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.4 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.5 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas nos elementos técnicos instrutores.

7.5.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.5.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.5.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.6 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.7 Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente



por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.7.1 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.7.2 Os lances, deverão ser expressos em moeda corrente nacional (Real), admitindo-se para o valor, apenas 02 (duas) casas decimais após a vírgula (R\$ 0,00).

7.8 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.9 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item

7.10 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.11 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.12 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 10,00 (dez reais)**.

7.13 Será adotado para o envio de lances no Pregão o modo de disputa **“aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.14 Encerrado o prazo inicialmente fixado, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção dos lances será automaticamente encerrada.

7.15 Após o encerramento da recepção dos lances, o sistema eletrônico abrirá a oportunidade para que o licitante detentor da proposta de menor preço e os demais licitantes que se encontrem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta possam ofertar lance final e fechado.



7.15.1 Na ausência de, no mínimo, três ofertas na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado.

7.16 O lance final de que trata o subitem anterior poderá ser ofertado em até 5 (cinco) minutos e será sigiloso até o encerramento desse prazo.

7.17 Em não havendo lance final e fechado classificado, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado.

7.18 Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Pregoeiro poderá, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.

7.19 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.20 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item 7.20, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.22 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do



mesmo direito, no prazo estabelecido no item 7.21.

7.23 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.24 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.25 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

7.26 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.27 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.27.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.27.2 O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no **prazo de até 04 (quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.27.3 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no subitem **7.27.2** acima.

7.28 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.29 Após a etapa de envio de lances haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos na LC nº 123/06, seguido da aplicação do critério estabelecido no Art. 60 da Lei Federal nº 14.133/21, assim como no Art. 154 do Decreto Municipal 936/2023, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.



7.30 Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do subitem anterior, no caso de ausência de envio de lances após o início da fase competitiva.

7.31 Caso o edital tiver tratamento diferenciado e simplificado, conforme o Art. 155 do Decreto Municipal nº 936/2023, que concede o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Locais ou Regionais de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, cujo objetivo é:

- I) a promoção do desenvolvimento econômico e social;
- II) a ampliação da eficiência das políticas públicas e;
- III) o incentivo à inovação tecnológica.

7.31.1 De acordo com o Art. 2º da Lei Municipal nº 101/2019, para os benefícios previstos nesta lei ficam assim definidos geograficamente os termos "local" e "regional":

I. **Local:** Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) sediadas em todo território do Município de Apucarana - Estado do Paraná.

II. **Regional:** Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs) sediadas em um dos Municípios integrantes da Associação dos Municípios do Vale do Ivaí - AMUVI, formada pelos Municípios de 1) Apucarana, 2) Arapuã, 3) Ariranha Do Ivaí, 4) Bom Sucesso, 5) Borrazópolis, 6) Califórnia, 7) Cambira, 8) Cruzmaltina, 9) Faxinal, 10) Godoy Moreira, 11) Grandes Rios, 12) Ivaiporã, 13) Jandaia Do Sul, 14) Jardim Alegre, 15) Kaloré, 16) Lidianópolis, 17) Lunardelli, 18) Marilândia do Sul, 19) Marumbi, 20) Mauá Da Serra, 21) Novo Itacolomi, 22) Rio Bom, 23) Rio Branco Do Ivaí, 24) Rosário Do Ivaí, 25) São João Do Ivaí E 26) São Pedro Do Ivaí.

7.31.2 Para o cumprimento do disposto no Art. 3º da Lei 101/2019, a administração pública municipal adotará as regras previstas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, em especial aquelas constantes dos Arts. 44 a 49, bem como em normas regulamentares que prevejam tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, especialmente, os incisos I e III dessa lei.

7.31.3 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos



valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte.

8. Da aceitabilidade da proposta vencedora

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Art. 139 e 140 do Decreto Municipal 936/2023.

8.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

8.2.1 Não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

8.2.2 Contenha vício insanável ou ilegalidade.

8.2.3 Não apresente as especificações técnicas exigidas nos elementos técnicos instrutores.

8.2.4 Apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3 Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor máximo orçado pela Administração, conforme Art. 79 do Decreto Municipal nº 936/2023.

8.3.1 A administração deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exeqüibilidade da sua proposta.

8.3.2 Na hipótese de que trata o subitem anterior, o licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições de custos unitários.

8.3.3 A análise de exeqüibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

8.3.4 Se houver indícios de inexeqüibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do previsto no art. 104, do Decreto Municipal nº 936/2023, para que a empresa



comprove a exequibilidade da proposta.

8.4 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com o previsto na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

8.5 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.6 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.7 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7.1 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de fim do prazo.

8.8 Todos os dados informados pelo licitante em sua proposta deverão refletir com fidelidade os custos especificados, a margem de lucro pretendida e as despesas indiretas.

8.9 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.10 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

8.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. Envio da proposta de preços e documentos de habilitação

9.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto, conforme modelo do **Anexo I**, e os documentos de habilitação, conforme **Anexo IX**, até a data e o horário



estabelecidos pelo(a) Pregoeiro.

9.1.1 A proposta de preços deverá ser apresentada da seguinte forma:

9.1.1.1 Ser elaborada em computador, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas.

9.1.1.2 Deve estar datada, assinado e rubricado, e conter informações como razão social, CNPJ, telefone(s), e-mail e endereço com CEP da empresa.

9.1.1.3 Se ocorrerem falhas, erros, discrepâncias ou omissões, assim como transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou diretrizes, é responsabilidade da licitante informar imediatamente o Pregoeiro e a equipe de apoio, por escrito, dentro do prazo definido no edital, a fim de solicitar esclarecimentos por parte da Comissão.

9.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de sistema eletrônico.

9.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, desde que os referidos documentos estejam atualizados.

9.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

9.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

9.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.



10. Descritivo da proposta

10.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada lote da licitação, o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional, e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

10.1.1 A proposta definitiva deverá observar o preço máximo fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação.

10.1.2 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o Pregoeiro poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

10.2 Para a Proposta de Preços o licitante arrematante, por meio de sistema eletrônico, deverá entregar:

10.2.1 A Carta Proposta de Preços, conforme **Anexo I**, deverá conter as seguintes informações:

10.2.1.1 Preço total final proposto, cotado em reais, em algarismos e por extenso, com duas casas decimais, e ainda de acordo com o item **8.1** do Edital e seus subitens da Minuta do Contrato, conforme **Anexo VIII**.

10.2.1.2 Prazo de validade da proposta não inferior a 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de abertura da licitação.

10.2.1.3 Assinatura do representante legal, identificando-o com o nome e o CPF.

10.2.1.4 Razão Social e CNPJ do licitante.

10.2.1.5 Caso haja divergência entre o valor da proposta numérico e o valor por extenso, prevalecerá este último.

10.2.1.6 No arredondamento do cálculo do preço a ser apresentado na Carta proposta, deverá ser considerado somente duas casas decimais após a vírgula,



desprezando-se as demais.

10.3 Considera-se como representante legal qualquer pessoa credenciada pelo licitante, mediante Contrato, procuração ou documento equivalente.

10.3.1 Observação: cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

10.4 As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte deverão anexar:

10.4.1 A declaração de que o licitante se enquadra na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, não se incluindo nas situações de que trata o artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 e suas alterações, conforme **Anexo II**.

10.4.1.1 A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios instituídos à Microempresa e Empresa de Pequeno Porte caracteriza o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo de enquadramento em outras figuras penais, bem como sujeitará a pessoa jurídica à sanção de impedimento de participar de licitações e de ser contratada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública pelo prazo de até cinco anos.

10.4.2 Certidão Simplificada da Junta Comercial ou documento equivalente com os benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 e suas alterações, emitida em até no máximo 60 (sessenta) dias antes da data prevista para a abertura da Licitação.

10.4.3 Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 1002 DE 2021, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir.

10.4.4 Empresas que não se enquadram na definição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, ou ainda, que não desejem usufruir do tratamento diferenciado e favorecido que estabelece a Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 e suas alterações, estão dispensadas de apresentar o documento descrito no item **10.4**. A não comprovação da condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte implica participação no pleito sem os benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 e suas alterações.

10.5 A apresentação dos documentos solicitados neste edital faz prova de que o licitante arrematante:



10.5.1 Tomou conhecimento de todas as informações, elementos técnicos instrutores e das condições locais para o cumprimento do objeto da licitação.

10.5.2 Aceitou os termos deste Edital.

10.5.3 Sendo vencedora da licitação assumirá integral responsabilidade pela perfeita e completa execução dos serviços a serem contratados.

10.6 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Empresa Contratada.

10.7 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

10.8 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.9 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar o preço máximo estabelecido neste Edital.

10.11 Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas Leis Trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de entrega das propostas, conforme **Anexo I**.

11. Julgamento e aceitabilidade da proposta vencedora

11.1 Encerrada a etapa de lances e depois de concluída a negociação e verificação de possível empate, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no Art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, legislação correlata e no subitem **4.1 do Edital**, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou na futura contratação, mediante consulta aos cadastros indicados no subitem **14.13** do Edital.

11.2 No caso de constatação de falta de condição de participação, o licitante será excluído



do certame.

11.3 Confirmadas as condições de participação, o Pregoeiro examinará a proposta quanto às especificações do objeto ofertado e compatibilidade do preço em relação ao valor máximo para a contratação.

11.4 O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Prefeitura do Município de Apucarana ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

11.5 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

11.6 Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

11.7 Não serão aceitas propostas que possuírem valores unitários e totais superiores aos máximos ou preço manifestamente inexequível.

11.8 Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

11.9 Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do Art. 59 da Lei nº 14.133 de 2021, assim como no Decreto Municipal nº 936/2023, em seu Art. 136, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

11.9.1 Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

11.9.2 Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

11.9.3 Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

11.9.4 Verificação de notas fiscais dos serviços recebidos pelo proponente;

11.9.5 Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou



Municipal;

11.9.6 Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

11.9.7 Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;

11.9.8 Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

11.9.9 Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

11.9.10 Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

11.9.11 Estudos setoriais;

11.9.12 Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos equipamentos.

11.9.13 Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

11.10 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.11 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.12 A adequação da proposta na forma acima não poderá acarretar majoração de seu valor global.

11.13 Serão também desclassificadas as propostas:

11.13.1 Que estejam em desacordo com as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

11.13.2 Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais proponentes;

11.13.3 Que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos capazes



de dificultar o julgamento e que não sejam passíveis de saneamento na própria sessão;

11.13.4 Que para sua viabilização indiquem condições genéricas de cobertura de outras propostas, ou de subsídios condicionados que não estejam autorizados em Lei, ou se refiram a repasse de descontos ou de isenção de tributos ou ainda aquelas em desacordo com o edital, ou qualquer norma jurídica aplicável à contratação;

11.13.5 Que após diligências não forem corrigidas ou justificadas.

11.14 Se a proposta não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

11.15 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

12. Recursos

12.1 Após as etapas de julgamento, o sistema abrirá prazo de **30 (trinta) minutos**, durante o qual, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer.

12.2 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa de antecede a adjudicação.

12.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

12.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

12.2 A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

12.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não



credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo Pregoeiro.

12.4 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

12.5 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.

12.6 Não havendo recurso, o Pregoeiro encaminhará o procedimento à autoridade competente para adjudicação e homologação.

12.7 A publicidade do julgamento dos eventuais recursos será no Diário Oficial do Município e no Portal da Transparência, site: www.apucarana.pr.gov.br.

13. Adjudicação e homologação

13.1 Examinada a aceitabilidade da proposta e a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, o procedimento licitatório será encaminhado pelo Pregoeiro à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

14. Contrato, recebimento e pagamento

14.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

14.2 Para a assinatura do Contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

14.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, www.cadin.pr.gov.br, assim como Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal da União, www.certidoes-apf.apps.tcu.gov.br.

14.4 O adjudicatário deverá assinar o Contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis



após o recebimento da convocação, podendo ser prorrogado por igual período mediante justificativa idônea aprovado pelo órgão licitante, contados a partir do recebimento do aviso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 14.2 e 14.3 acima ou se recusar a assinar o Contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das cominações previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e do Decreto Municipal nº 936, de 2023, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do Contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

14.6 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

14.7 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do **item 14.6** acima, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do Contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

14.8 A Ordem de Serviço deverá ser assinada pelo contratado no prazo máximo de até 05 (cinco) dias após a convocação pelo Órgão Licitante, podendo ser prorrogado por igual período mediante justificativa idônea aprovado pelo Órgão Licitante.

14.9. No ato da assinatura, a Empresa Contratada fica obrigada a apresentar:

14.9.1 Comprovação das condições de habilitação do Edital, conforme **Anexo IX**, as quais deverão ser mantidas durante a vigência do Contrato.

14.9.2 A Certidão de Registro com visto do CREA e/ou CAU, do respectivo Estado, de acordo com o regulamento referente ao conselho de classe, da Lei Federal nº 5.194, de 1966, da Lei Federal nº 12.378, de 2010.

14.10 Os serviços licitados serão liberados para execução mediante Ordem de Serviço, subordinando-se às condições estabelecidas no Contrato a ser firmado entre as partes, devendo a referida Ordem de Serviço ser assinada pelo representante legal do Contratado.



14.11 O Contratado deverá comprovar o vínculo jurídico de toda a equipe técnica por meio da apresentação de documentos, conforme **Anexo III** do presente Edital.

14.12 Os profissionais indicados pelo Licitante deverão participar dos serviços objeto desta licitação, de acordo com o disposto no § 6.º do artigo 67 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e atos normativos dos respectivos conselhos profissionais.

14.13 O contratado deverá apresentar a ART do CREA e/ou o RRT do CAU, acompanhadas do comprovante de pagamento do referido documento até a data da assinatura do Contrato.

14.13.1 Deverá ser registrada a ART e/ou o RRT, conforme preceitua a legislação vigente, em nome do Responsável Técnico constante da Declaração de Responsabilidade Técnica, indicado conforme **Anexo III**.

15. Subcontratação

15.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato, nas seguintes condições:

15.1.1 É vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância e valor significativo submetidas a prova de capacidade técnica, assim definidas no instrumento convocatório.

15.1.2 É vedada a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedor individual que tenham participado da licitação.

15.1.3 A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

15.1.4 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

15.1.5 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica,



financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

16. Alteração subjetiva

16.1 É admissível a continuidade do Contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

16.1.1 Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original.

16.1.2 Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato.

16.1.3 Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

16.2 A alteração subjetiva a que se refere o item **16.1** deverá ser formalizada por Termo Aditivo ao Contrato.

17. Sanções

17.1 De acordo com o art. 289 do Decreto Municipal 936/2023, os contratados que descumprirem total ou parcialmente as normas administrativas ficarão sujeitos às penalidades descritas no Artigo 156º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quais sejam:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.2 Na aplicação das penalidades devem ser consideradas as circunstâncias previstas no §1º do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assim como no §2º do Art. 289 do Decreto Municipal 936/2023.

18. Revogação e anulação

18.1 Fica assegurado à Autarquia Municipal de Educação o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente



comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

18.2 A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

18.3 Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

18.4 A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

18.5 Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

19. Disposições gerais

19.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília - DF.

19.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

19.3 É facultado ao Pregoeiro a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

19.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

19.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

19.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

19.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o **item 9. Envio da proposta de preços e documentos de habilitação**. O Pregoeiro, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

19.8 O Pregoeiro poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências



destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

19.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

19.10 Na hipótese de divergência entre este Edital e as condições apresentadas pelos licitantes em suas propostas, prevalecerão sempre os termos deste Edital.

19.11 Na contagem dos prazos constantes do presente Edital, observar-se-á o disposto no Artigo 183 da Lei Federal n.º 14.133/21, excluindo-se o dia de início e incluindo-se o dia de vencimento.

19.12 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação vigente.

19.13 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

19.9 Para os propósitos da cláusula anterior, definem-se as seguintes práticas:

- a) “Prática corrupta”:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da ata;
- b) “Prática fraudulenta”:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da ata;
- c) “Prática colusivas”:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) “Prática coercitiva”:** Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou



indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da ata;

e) “Prática obstrutiva”: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista na cláusula do **Contrato**, atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito da Autarquia de Educação.

19.10 O foro da Comarca do Município de Apucarana, é o responsável para dirimir todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

19.11 Integram o presente Edital:

Anexo I: Modelo de Proposta de Preço;

Anexo II: Modelo da declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

Anexo III: Modelo da declaração de responsabilidade técnica;

Anexo IV: Modelo da declaração de cumprimento das exigências legais e constitucionais;

Anexo V: Modelo do termo de ciência das condições locais (vistoria);

Anexo VII: Modelo da Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação e capacidade operacional financeira;

Anexo VIII: Minuta do Contrato;

Anexo IX: Documentos de Habilitação;

Anexo X: Projeto Básico;

Anexo XI: Memorial Descritivo.

Município de Apucarana, 15 de Junho de 2026.

Ana Paula do Carmo Donato
Diretora Presidente
Autarquia Municipal de Educação



MODELO DA CARTA PROPOSTA DE PREÇOS

À

Autarquia Municipal de Educação de Apucarana-PR

Referência: Pregão Eletrônico nº 22/2026

Objeto: XX.

A Empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ/MF XXXXXXXX, com sede na Cidade de XXXXXXXX, Estado do XX, sitoXXXXXXXXXXXX, nº XXXX, CEP XXXXXXXX, Telefone XXXXXXXX, E-mail XXXXXXXX, propõe à Autarquia Municipal de Educação a execução do objeto da Licitação supra referenciada, tudo em conformidade com o edital, o contrato e os anexos da licitação em referência.

1) O preço proposto é de: Lote XX: R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX (XXXXXX).

2) O prazo de validade da Proposta será de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias corridos.

Se vencedora da licitação, assinará o Contrato Administrativo, na qualidade de representante legal, o(a) Sr.(a): XXXXXXXX, portador(a) do CPF: XXXXXXXX. Responsável técnico pelos serviços: XXXXXXXX, Título XXXXXXXX, CREA/n.º e/ou CAU/n.º XXXXXXXX.

Município de XXXXXXX, XX de XXXXX de 20xx.

**Assinado eletronicamente
Representante Legal da Empresa**

Obs.: Caso haja divergência entre o valor da proposta numérico e o valor por extenso, prevalecerá o valor por extenso.



MODELO DA DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

À

Autarquia Municipal de Educação de Apucarana-PR

Referência: Pregão Eletrônico nº 22/2026

Objeto: XX

A Empresa XX, CNPJ/MF XXXXXXXXXXXX, **DECLARA**, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis e as penas da Lei, ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no Parágrafo 4º do Artigo 3º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 e suas alterações tendo interesse dos benefícios nela contidos para efeitos de licitação, quando e no que couber.

DECLARA ainda que, não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, de que trata o art. 3º, II da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação.

Município de XXXXXX, XX de XXXXX de 20xx.

**Assinado eletronicamente
Representante Legal da Empresa**



MODELO DA DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

À

Autarquia Municipal de Educação de Apucarana-PR

Referência: Pregão Eletrônico nº 22/2026

Objeto: XX

O abaixo-assinado, na qualidade de responsável legal pela empresa XXXXXXXXXXXXXXXX vem, pela presente, indicar a V.Sas. o(s) profissional(is) Responsável(is) Técnico(s), de acordo com a Lei Federal n.º 5.194, de 1966 e com as Resoluções nº 425/1998, n.º 218/1973 e n.º 317/1983 do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, com a Lei Federal n.º 12.378, de 2010 e com o § 9.º do art. 67 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, caso venhamos a vencer a referida licitação.

Profissional(is) Responsável(is) Técnico(s) pelos serviços contratados: (*)

1	Nome:	
	Título:	CREA e/ou CAU n.º:
	Atribuição: Responsável pelo(a)	
	Assinatura:	

2	Nome:	
	Título:	CREA e/ou CAU n.º:
	Atribuição: Responsável pelo(a)	
	Assinatura:	

Obs.: Repetir com os dados solicitados acima até completar a equipe técnica proposta

Os referidos responsáveis registrarão as Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs no CREA e/ou os Registros de Responsabilidade Técnica – RRTs no CAU, conforme preceitua o artigo 1º da Lei Federal n.º 6.496, de 1977 e o artigo 20 da Lei Federal n.º 5.194, de 1966, antes do início da obra, ficando sujeito a aplicação de penalidades previstas na legislação vigente e no Edital da presente licitação.

_____, ____ de _____ de 20__.

Representante Legal da Empresa
Nome:
CPF:
Assinatura:

Responsável(is) Técnico(s) (quando couber)
Nome:
CREA e/ou CAU n.º:
Assinatura:

(*) Indicar todos os responsáveis técnicos (engenheiros, arquitetos, etc.) que compõem a equipe técnica proposta.

(**) Indicar qual é o tipo do serviço sob a responsabilidade do profissional indicado e conforme a equipe técnica proposta.



MODELO DA DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS

À

Autarquia Municipal de Educação de Apucarana-PR

Referência: Pregão Eletrônico nº 22/2026

Objeto: XX

O Signatário da presente, XXXXXXXXXX CPF nº XXXXXXXXXX, representante legal, em nome da Empresa XXXXXXXXXX, CNPJ nº XXXXXXXXXX, declara:

1) Concordar, na íntegra, com os termos da Licitação e com todos documentos dela componentes.

2) Que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo Órgão Licitante quanto à sua habilitação.

3) Que não existe, no presente momento, pedido de falência em nome desta empresa e que a mesma se submete à automática inabilitação, caso tal venha a ocorrer durante o processo de Licitação.

4) Sob as penalidades cabíveis, a não superveniência de fato impeditivo da habilitação.

5) Que a empresa é idônea e atende a todos os pré-requisitos da Licitação e demais exigências contidas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

6) Que não se enquadra nas hipóteses previstas no § 1.º do art. 9.º e no art. 14 ambos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, atendendo às condições de participação da Licitação e legislação vigente, em especial:

6.1) Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6.2) Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de



trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

7) Que assume total responsabilidade pelas informações prestadas e, em qualquer tempo, exime o ora contratante de quaisquer ônus civil e penal que lhe possa acarretar.

8) Que fará prova de todas as informações ora declaradas, quando necessário ou solicitado e que se compromete a apresentar a documentação original, quando a mesma for solicitada pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no prazo que o mesmo estipular.

9) Que se compromete a apresentar, quando da assinatura do contrato, a certidão de registro com visto do CREA PR e/ou do CAU PR, se não for registrada no Paraná e se for vencedora da presente licitação.

10) Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas.

11) Que para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. (Caso empregue menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, deverá fazer a ressalva).

12) Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

13) Que para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas Leis Trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de entrega desta proposta.

Município de XXXXXX, XX de XXXXX de 20xx.

**Assinado eletronicamente
Representante Legal da Empresa**



MODELO DO TERMO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES LOCAIS (VISTORIA)

À

Autarquia Municipal de Educação de Apucarana-PR

Referência: Pregão Eletrônico nº 22/2026

Objeto: XX

A Empresa XXXXXXXX, CNPJ nº XXXXXXXXXXXX, com sede no Município de XXXXXX, Estado do XX, localizada à Rua XXXXXXXX, nº XXXX, CEP XXXXXXXXXX, Fone XXXXXXXX, E-mail XXXXXXXXXXXXXXXX, declara o abaixo:

Declara, para fins de participação nessa licitação, pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e assume total responsabilidade por este fato, de forma que a falta de conhecimento das condições do local, onde serão executados os serviços, não será utilizada para quaisquer questionamentos futuros e jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.

Município de XXXXXX, XX de XXXXX de 20xx.

Assinatura do Responsável Técnico da Licitante

Nome

Nº CREA e/ou CAU



**MODELO DA DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
E CAPACIDADE OPERACIONAL FINANCEIRA**

À

Autarquia Municipal de Educação de Apucarana-PR

Referência: Pregão Eletrônico nº 22/2026

Objeto: XX

DECLARAMOS, nos termos do § 8º do art. 67 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e sob as penas da Lei, que a Pessoa Jurídica **XXXXXXXXXX**, estabelecida à **XXXXXXXXXXXX**, por mim legalmente representada, possui os compromissos assumidos abaixo que importam diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada está em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.

DEMONSTRAÇÕES:

1. CÁLCULO DO SALDO CONTRATUAL (SC):					
Item	Nº Contrato	Descrição da Obra ou Serviços	Valor do Compromisso (R\$)	Valor Já Faturado (R\$)	Contratante
1					
2					
3					
4					
5					
...					
Somatórios (Σ) =					



Σ Valor do compromisso =	
Σ Valor já faturado =	
SC = Σ Valor do Compromisso - Σ Valor já faturado =	

Onde:

SC = Saldo Contratual

SC = Diferença entre a somatória dos compromissos e a somatória dos valores já faturados referentes aos compromissos.

DEMONSTRAÇÕES:

2. CÁLCULO DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA OPERACIONAL:

2.1 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ILC):

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \boxed{}$$

2.2 ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (ILG):

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} = \boxed{}$$

2.3 ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL (SG):

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} = \boxed{}$$

2.4 VALOR PATRIMONIAL (VP):

$$VP = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Capital Social}} = \boxed{}$$

2.5 CÁLCULO DOS COEFICIENTES K5, K6, K7 E Kf:

CAPACIDADE	ÍNDICES	PESO	INTERVALO DE PONTOS = ÍNDICE X PESO
Índice de Liquidez Corrente – ILC	< valor do ILC – item 2.1 acima >	30	< ILC X 30 >
Índice de Liquidez Geral – ILG	<valor do ILG – item	50	<ILG X 50>



AUTARQUIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

	2.2 acima>		
Valor Patrimonial – VP	<valor do VP – item 2.4 acima>	20	<VP X 20>

TABELA PARA SE OBTER K5			
15 ≤	INTERVALO DE PONTOS DE ILC	< 30 →	1,2
30 ≤		< 36 →	1,5
36 ≤		< 39 →	1,8
39 ≤		< 51 →	2,1
		≥ 51 →	2,4

VALOR ASSUMIDO PARA K5 =

TABELA PARA SE OBTER K6			
25 ≤	INTERVALO DE PONTOS DE ILG	< 50 →	2,0
50 ≤		< 60 →	2,5
60 ≤		< 65 →	3,0
65 ≤		< 85 →	3,5
		≥ 85 →	4,0

VALOR ASSUMIDO PARA K6 =

TABELA PARA SE OBTER K7			
10 ≤	INTERVALO DE PONTOS DE VP	< 20 →	0,8
20 ≤		< 24 →	1,0
24 ≤		< 26 →	1,2
26 ≤		< 34 →	1,4
		≥ 34 →	1,6



VALOR ASSUMIDO PARA K7 =

Onde:

Kf = Coeficiente Financeiro

$$Kf = K5 + K6 + K7 =$$

2.6 DISPONIBILIDADE FINANCEIRA OPERACIONAL (D):

$$D = (1,25 \times Kf \times PL) - SC =$$

Onde:

PL = Patrimônio Líquido

SC = Saldo Contratual

2.7 OBSERVAÇÕES:

- a) A Declaração deverá ser assinada pelo representante legal da Licitante com poderes para tanto, devendo ser apresentado o instrumento de procuração caso não seja um dos sócios.
- b) A Declaração deverá ser assinada, também, pelo Contador responsável pela Empresa.
- c) A tabela do item 1. Acima poderá ser dimensionada para comportar a declaração de todos os compromissos contratuais já assumidos pela licitante.
- d) A Declaração, de preferência, deverá ser em papel timbrado da licitante.
- e) A não apresentação desta Declaração implicará na imediata desclassificação da Licitante.

O Representante Legal da Empresa e o Contador, infra-assinados, declaram que as demonstrações desta declaração correspondem a real situação financeira da empresa _____

CNPJ nº _____.

O Representante Legal da Empresa

Nome:

CPF:

N.º de registro de classe (se for o caso):

Assinatura:

Contador responsável pela empresa:

Nome:

CRC n.º:

Assinatura:



MINUTA DE CONTRATO DE OBRA Nº XXX/2026	
Processo Administrativo nº 37600/2025	Pregão Eletrônico nº 22/2026

O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto Municipal Nº 936, de 19 de Dezembro 2023, pela Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, pela Resolução do CONAMA nº 307, de 2002 e suas alterações, e pelas cláusulas e condições seguintes:

1. Cláusula Primeira: Das Partes

1.1 Pelo presente instrumento particular, de contrato, de um lado a **Autarquia Municipal de Educação de Apucarana**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, sediada na Avenida Jaboti, nº 195, Vila Santo Inácio, CEP 86800-210, Apucarana, Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 11.701.924/0001-31, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pela Ilustríssima Diretora Presidente, Sra. **Ana Paula do Carmo Donato**, brasileira, casada, residente à rua Padre Severino Cerutti, 84, neste município, portadora do cadastro de pessoa física Nº. 018.724.809-50, e cédula de identidade Nº 6.605.348-2-SSP/PR, e de outro lado a Empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, situada à XXXXXXXXXXXX, CEP XXXXXXXX, portadora do CNPJ nº XXXXXXXXXXXX, contato: XXXXXXXX, E-mail: [XXXXXXXXXX](#) doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **XXXXXXXXXXXX**, residente à XXXXXXXX, Bairro XXXXXXXX, Município de XXXXXXX, Estado do XX, CEP XXXXXXXX, portador do Cadastro de Pessoa Física nº XXXXXXXXXXXX e Cédula de Identidade nº XXXXXXXX, convencionam e mutuamente estipulam o seguinte:

Cláusula Segunda: Do Objeto

2.1 Constitui objeto do presente contrato a **Contratação de Empresa para execução do Serviço Comum de engenharia, visando o reforço de rede de baixa tensão para atender o padrão de energia 3x200A de 14 instituições escolares do Município de Apucarana**, conforme Contratação do Lote descrito na seguinte tabela:



Lote	Descrição do Serviço	Unidade	Valor
1	CMEI Ana Luizão Festi, situa-se à Rua Augusto Ferreira Chagas, 847, Distrito de Pirapó	SVC	R\$ ###.###,##
2	CMEI Irmã Dulce, situa-se à Rua José Cardoso Sobrinho, 364, Parque Biguaçu	SVC	R\$ ###.###,##
3	CMEI Izabel Holak, situa-se à Rua São Leopoldo, 101, Loteamento Djalma Mendes de Oliveira	SVC	R\$ ###.###,##
4	CMEI Jandira Scarpelini, Rua Fernando Pereira, nº 373, Lote A - H - 1 / 2 - C, Jd. Ponta Grossa	SVC	R\$ ###.###,##
5	CMEI José Ignácio Neto, situa-se à Rua Ebenezer, 2, Loteamento Recanto do lago	SVC	R\$ ###.###,##
6	CMEI Luis Anibal MatiuZZi, situa-se à Rua Conselheiro Zacarias Góis de Vasconcelos, 67	SVC	R\$ ###.###,##
7	CMEI Miguel Moreno, situa-se à Rua Nossa Senhora do Bom Conselho, 18, Vila Reis	SVC	R\$ ###.###,##
8	EM Augusto Weyand, situa-se à Rua Marcílio Dias, 889, Jardim Tibagi	SVC	R\$ ###.###,##
9	EM Humberto de Alencar Castelo Branco, situa-se à Rua Carmem Miranda, 114, N.H. Castelo Branco	SVC	R\$ ###.###,##
10	EM Joaquim Vicente de Castro, situa-se à Rua Quintino Bocaiúva, 738, Vila Santana Rosa	SVC	R\$ ###.###,##
11	EM Luiz Carlos Prestes, situa-se à Rua Jardim América, 632, Rua da Independência	SVC	R\$ ###.###,##
12	EM Professora Marta Pereira da Silva, situa-se à Rua Santa Cândida, 89, Jardim Menegazzo	SVC	R\$ ###.###,##
13	EM Dr. Osvaldo dos Santos Lima, situa-se à Rua Emílio de Menezes, 500, Jardim Alvorada	SVC	R\$ ###.###,##
14	EM Papa João XXIII, situa-se à Rua Natividade, 646, Vila Regina	SVC	R\$ ###.###,##

Cláusula Terceira: Dos Documentos

3.1 Este contrato está instruído com os seguintes documentos:

3.1.1 Pregão Eletrônico nº XX/2026;

3.1.2 Projeto Básico (Anexo X);

3.2 Em caso de divergência ou duplicidade em relação aos elementos técnicos instrutores, prevalecerá na execução do objeto do contrato a seguinte ordem de prioridade:

3.2.1 Memoriais descritivo e demais elementos técnicos pertinentes a cada caso.

3.2.2 Nos projetos prevalecerão os elementos de maior detalhamento.

3.2.3 Considerar-se-á o contratado como altamente especializado nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos nos projetos básico, mas



implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações, máquinas, equipamentos e aparelhos.

3.3 Se o contratado, em qualquer fase da execução do contrato, considerar necessária a retificação dos elementos técnicos instrutores, deverá requerer suas alterações, em tempo hábil, ao contratante, não se justificando o abandono das atividades ajustadas, por inadequações não reclamadas na ocasião oportuna.

3.3.1 Nenhuma modificação poderá ser feita nos desenhos e nas especificações dos projetos sem autorização expressa do contratante.

3.4 Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções dos projetos fornecidos pelo contratante não poderão constituir pretexto para o contratado cobrar serviços extras e/ou alterar a composição de preços unitários à revelia do contratante, devendo para isto requerer as alterações conforme **item 3.3** deste contrato e seu subitem.

3.5 A formalização de contrato presume que o contratado.

3.5.1 Examinou criteriosamente todos os elementos técnicos instrutores, que os comparou entre si e obteve expressamente do contratante as informações necessárias à sua consecução.

3.5.2 Atestou que conhece o local e as condições de realização do serviço, ficando ciente de todos os detalhes do empreendimento e de que conhece as condições de sua execução.

3.6 As placas dos serviços, quando solicitadas, deverão seguir o modelo estabelecido pelo Município, e devem estar perfeitamente visíveis e legíveis ao público.

Cláusula Quarta: Do Regime de Execução

4.1 O regime de execução do presente contrato será o de **Empreitada por Preço Global**

Cláusula Quinta: Do Valor Contratual e das Despesas

5.1 O valor global do contrato é de **R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

5.1.1 O valor global perfaz XX,XX% (XXXXXXX por cento) referente aos materiais e XX,XX% (por cento) referente à mão de obra.

5.2 As despesas decorrentes da execução objeto deste contrato, serão contratados com recursos provenientes da rubrica orçamentária nº:



Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental – 2123			
Sub. Elemento – descrição		Vínculo	Referência
3339039160000000000	Manutenção e conservação de bens imóveis	104 - Educação/25%	765

5.3 A contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante termo aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato, conforme o Art. 125 da Lei 14.133/21. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos em Lei, salvo, às supressões resultantes de acordo celebradas entre as partes.

6. Cláusula sexta: Do Prazo de Execução e de Vigência

6.1. O prazo de execução do Contrato é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da data estabelecida na Ordem de Serviço para início da execução do objeto.

6.2 A vigência do Contrato se inicia com a assinatura do Contrato e é de **120 (cento e vinte) dias corridos**, a contar da sua assinatura.

6.3 O prazo de vigência poderá ser prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no Contrato, mediante justificativas e pareceres técnicos a serem apresentados a Fiscalização do contrato.

6.3.1. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

6.3.1.1. O CONTRATADO será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas.

6.3.1.2. A Administração poderá optar pela extinção do Contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em Lei para a continuidade da execução contratual.

7. Cláusula Sétima: Do Preço

7.1 A Tabela Oficial de Referência de Custos Unitários, adotada pelo Município de Apucarana, praticada pelo CONTRATANTE, corresponde a custos de materiais e mão de obra, inclusive encargos sociais e trabalhistas.

7.2 O preço global, estabelecidos nos Contratos incluem todos os custos necessários à perfeita execução do seu objeto, englobando, mas não se limitando, aos itens principais seguintes:

7.2.1 Todos os materiais, inclusive transporte até o local dos serviços.



7.2.2 Toda a mão de obra, especializada ou não.

7.2.3 Todos os custos e despesas com equipamentos, telefonia, energia, água e saneamento.

7.2.4 Todos os custos e despesas com profissionais, consultores, técnicos, desenhistas, encarregados, topógrafos, ou seja, todo o pessoal necessário a direção, execução, controle e administração.

7.2.5 Todos os custos com alojamento, transporte, alimentação, seguros pessoais contra acidentes, assistência médica, previdência social e, em especial, todos os ônus e encargos decorrentes do fiel cumprimento dos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, da Legislação de Higiene e Segurança no Trabalho e demais textos legais relacionados ao pessoal empregado.

7.2.6 Todos os custos e despesas decorrentes de seguros contra acidente de trabalho, incêndios, inundações, depredações, descargas elétricas e atmosféricas, que possam causar danos aos serviços, no todo ou em parte, ou a terceiros, que resultem direta ou indiretamente da ação ou omissão do CONTRATADO.

7.2.7 Custos com a execução, manutenção e retirada de todas as instalações provisórias necessárias à execução dos serviços.

7.2.8 Todos os custos com demolição ou remoção necessárias à execução do objeto ajustado.

7.2.9 Todas as despesas financeiras e tributárias incidentes sobre o objeto do Contrato.

7.2.10 Todas as despesas decorrentes de infração de posturas e regulamentos.

7.2.11 Custos relacionados ao controle de qualidade.

7.2.12 Custos com a limpeza integral da obra ou serviços após a conclusão dos trabalhos, despesas com placas de divulgação dos serviços indicação dos profissionais responsáveis e de inauguração, obedecido os padrões de confecção e fixação.

7.2.13 Custos necessários à proteção e preservação do meio ambiente.

7.2.14 Outras despesas que se revelem próprias da natureza de atividades do executor.



8. Cláusula Oitava: Das condições de liquidação e o pagamento

Da Liquidação

8.1 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.1.1 A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com Decreto Municipal nº 608/2023, o qual está em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de Janeiro de 2012 e alterações posteriores;

8.1.2 A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no citado decreto;

8.1.3 Caso o fornecedor seja imune, isento e/ou possua dispensa através de amparo legal, o mesmo deverá indicar no campo observação da nota fiscal. Na ausência de informação, o Departamento de Contabilidade, juntamente com a Secretaria da Fazenda, procederá a retenção do imposto conforme as alíquotas contidas no Anexo I da citada Instrução Normativa.

8.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

Para medições de serviços específicos:

A medição será única, considerando cada lote, por se tratar de um serviço único, o qual a Empresa deverá apresentar:

- ART de execução do serviço (Em até 30 dias após a assinatura do contratado a empresa deverá emitir a ART de execução do serviço);
- Relatório Fotográfico com fotos datadas e legendadas, compreendendo todos os itens mencionados na presente medição;



- Relação atualizada dos funcionários que estão prestando serviços para a Autarquia, contendo nome completo e nº da CTPS, apresentando também os exames admissionais de novos funcionários ou demissionais;
- Cópia do cartão ponto dos funcionários registrados;
- Certidão negativa de débitos de tributos federais e dívida ativa da União;
- Certidão negativa de débitos de tributos estaduais;
- Certidão negativa de débitos de tributos municipais;
- Certidão de regularidade do FGTS;
- Certidão negativa de débitos trabalhistas;
- Cópia dos contracheques/holerites dos empregados registrados relativos ao mês anterior da prestação dos serviços contratados;
- Comprovantes de entrega dos benefícios suplementares/EPI a que estiver obrigada por força de Lei ou de acordo com a convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos ao mês anterior da prestação dos serviços contratados, de todos os empregados que prestam o serviço para a Administração;
- Todo o serviço contratado sem pendência com a fiscalização.

Do Pagamento

8.3 De acordo com o § 5º do art. 92 da Lei nº 14133/2021, nos contratos de obras e serviços de engenharia, sempre que compatível com o regime de execução, a **medição será única**.

8.4 Os pagamentos serão efetuados com base nas medições dos serviços executados, de acordo com os preços unitários dos serviços fixados pelo processo licitatório específico, em consonância com as exigências descritas neste projeto.

8.5 Uma vez conferidos e aprovados os serviços pela fiscalização do contrato, a Contratada apresentará nota fiscal/fatura de serviços para liquidação e pagamento da despesa.

8.6 A Contratante reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços executados, os equipamentos ou os materiais fornecidos não estiverem em perfeitas condições de funcionamento ou de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

8.6.1 Os serviços executados serão recebidos provisoriamente de forma imediata pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização contratual, para efeito de posterior



verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste projeto básico e na proposta.

8.6.2 Os serviços executados poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste projeto básico e na proposta, devendo ser corrigidos no prazo de **10 (dez) dias**, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.7 A Contratante poderá deduzir da importância a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada nos termos deste contrato.

8.8 Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento financeiro da obra.

8.9 O pagamento somente será efetuada após o recebimento definitivo e completo do serviço, atestada pela Fiscalização, acompanhada do boletim de medição comprovando a conclusão do serviço e cumprida as exigências descritas neste projeto.

8.10 Liquidação

8.10.1 O pagamento à Contratada será efetuado em até **30 (trinta) dias**, após o recebimento da nota fiscal/fatura atestada pela Fiscalização.

8.10.2 Para efeitos de liquidação caberá ao Fiscal Administrativo e ao Gestor do Contrato, solicitar das empresas a documentação listada acima.

8.10.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar;
- número do empenho; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.10.4 A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com Decreto Municipal nº 608/2023, o qual está em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012 e alterações posteriores;



8.10.5 A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no citado decreto;

8.10.6 Caso o fornecedor seja imune, isento e/ou possua dispensa através de amparo legal, o mesmo deverá indicar no campo observação da nota fiscal. Na ausência de informação, o Departamento de Contabilidade, juntamente com a Secretaria da Fazenda, procederá a retenção do imposto conforme as alíquotas contidas no Anexo I da citada Instrução Normativa.

8.10.7 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.10.8 O pagamento será precedido de consulta aos sistemas que geram as Certidões Negativas, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação.

8.10.9 Na hipótese de irregularidade na habilitação, a Contratada deverá regularizar a sua situação no prazo de até 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação das sanções contratuais e rescisão do contrato.

8.10.10 O pagamento efetuado pela Contratante não isenta a Contratada de suas obrigações e responsabilidades.

8.10.11 É vedado à Contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

8.10.12 Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Município, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.



8.11 Forma de pagamento

8.11.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.11.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.11.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.11.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. Cláusula nona: Das garantias

9.1 Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

10. Cláusula décima: Dos prazos

10.1 Os serviços deverão ser iniciados na data estabelecida na Ordem de Serviço referente ao Contrato, sob pena do CONTRATADO ser penalizado com base no **item 16.1** deste Contrato. O prazo de execução dos serviços terá início a partir da data determinada na Ordem de Serviço.

10.1.1 No caso de paralisação dos serviços por motivos de força maior ou caso fortuito, o prazo de execução do Contrato, ficará suspenso pelo prazo máximo de 3 (três) meses sem que se atribua a quaisquer das partes a responsabilidade pelos atrasos correspondentes. Ao término deste prazo, poderá ser repactuado entre as partes a continuidade da suspensão, desde que subsistentes os motivos que ensejaram a paralisação, a qual será formalizada mediante documento próprio.

10.1.2 Os motivos de força maior ou caso fortuito serão comunicados formalmente pelas partes e devidamente comprovados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a ocorrência.



10.1.3 Os motivos de força maior ou caso fortuito serão analisados pela autoridade competente do CONTRATANTE.

10.1.4 Reconhecidos os motivos de força maior ou caso fortuito que deram ensejo à paralisação, ocorrerá a suspensão do Contrato, restituindo-se os prazos contratuais após a cessação dos motivos que suspenderam a execução do Contrato.

10.2 O CONTRATANTE estabelecerá, para a execução dos Contratos, prazo máximo, contado em dias corridos, conforme previsão no instrumento convocatório e/ou contratual.

10.2.1 O prazo de execução inicia-se na data estabelecida na Ordem de Serviço.

10.2.2 Pelo atraso no prazo de execução, ficará o CONTRATADO sujeito às penalidades fixadas na Cláusula Décima Quinta deste Contrato, independentemente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial.

10.2.3 Se o CONTRATADO deixar de assinar o aceite na Ordem de Serviço após 05 (cinco) dias, contados da data da convocação para assinatura, dar-se-á início à contagem do prazo de execução.

10.2.4 O prazo para assinar o aceite da Ordem de Serviço poderá ser prorrogado por até 05 (cinco) dias mediante justificativa idônea aprovada pelo CONTRATANTE.

10.2.5 Se, imotivadamente, o CONTRATADO não iniciar os serviços em até 30 (trinta) dias da data estabelecida na Ordem de Serviço pela autoridade competente do CONTRATANTE o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

10.3 O prazo de execução do Contrato será contado a partir da data de sua assinatura, assim como o prazo de vigência, que igualmente se inicia na data da assinatura. O prazo será de **120 (cento e vinte) dias corridos**.

10.4 Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do Contrato e assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

10.4.1 Alteração do projeto ou especificações pelo CONTRATANTE.

10.4.2 Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do Contrato.

10.4.3 Interrupção da execução do Contrato ou diminuição do ritmo de trabalho, por ordem e no interesse do CONTRATANTE.



10.4.4 Alteração das quantidades inicialmente previstas no Contrato nos limites permitidos pela Lei.

10.4.5 Impedimento de execução do Contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pelo CONTRATANTE em documento contemporâneo à sua ocorrência.

10.4.6 Omissão ou atraso de providências a cargo do CONTRATANTE, inclusive quanto aos pagamentos previstos, de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do Contrato.

10.5 Toda solicitação de prorrogação de prazo de execução deverá ser efetivada no período de execução do Contrato, bem como toda solicitação de prorrogação da vigência contratual deverá ser efetivada durante sua vigência, devidamente justificadas e previamente autorizadas pelo CONTRATANTE, em ambos os casos.

10.5.1 Requerido aditivo contratual, o prazo de execução ficará automaticamente suspenso da data do encerramento do prazo a aditar até a assinatura do Termo Aditivo, devendo ser documentada a suspensão nos autos do processo administrativo.

10.5.2 A mera solicitação de aditivo contratual não suspende o prazo de vigência.

10.5.3 No caso do **subitem 10.5.1** (da CLÁUSULA DÉCIMA – DOS PRAZOS), caso seja indeferido o pedido de aditamento do Contrato, o prazo não se considerará suspenso.

11. Cláusula Décima Primeira: Das Obrigações da Contratada

11.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

11.1.1 Indicar preposto para representá-la durante a execução do Contrato.

11.1.2 Efetuar a prestação do serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, por meio de profissionais habilitados.

11.1.3 Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.1.4 Manter um arquivo completo e atualizado de toda a documentação pertinente aos trabalhos, incluindo o contrato, Caderno de Encargos, orçamentos, caderneta de



ocorrências, correspondência, relatórios diários, certificados de ensaios e testes de materiais e serviços, protótipos e catálogos de materiais e equipamentos aplicados nos serviços e obras.

11.1.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os Artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

11.1.6 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste projeto, o objeto com avarias ou defeitos.

11.1.7 Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

11.1.8 Ser responsável por todas as despesas inerentes à prestação do serviço contratado, inclusive as decorrentes de eventuais acidentes de trabalho ou danos de qualquer espécie, bem como encargos sociais e quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com o fornecimento do objeto contratual.

11.1.9 Ser responsável pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato/registro, sendo que a fiscalização ou o acompanhamento por parte da Autarquia Municipal de Educação não excluem ou reduzem essa responsabilidade.

11.1.10 Arcar com as despesas decorrentes da não observância das condições constantes em instrumento licitatório, bem como de infrações praticadas por seus funcionários, ainda que no recinto da Autarquia.

11.1.11 A inadimplência da licitante vencedora com referência aos encargos sociais não transfere à Autarquia a responsabilidade por seu pagamento.

11.1.12 Em nenhuma hipótese poderá a licitante vencedora veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o Contrato sem a autorização expressa da Autarquia.

11.1.13 Fornecer o objeto nas dependências indicadas pelo Gestor do Contrato, efetivando controle de fiscalização através de relatório.

11.1.14 Obedecer a todas as recomendações, com relação à segurança do trabalho, contidas na NR-18, aprovada pela Portaria 3.214, de 08.06.78, do Ministério do Trabalho, publicada no DOU de 6.7.78 (suplemento), inclusive e principalmente no que diz respeito a fardamento, identificação, EPI's e EPC's.

11.1.15 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o



que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.1.16 Em caso de danos, atos de vandalismo ou furtos, durante a vigência do contrato, a Contratada será integralmente responsável pelos custos de substituição e/ou refazimento, não cabendo à Contratante qualquer ônus ou obrigação de indenizar.

12. Cláusula Décima Segunda: Das Obrigações da Contratante

12.1 Permitir a visita prévia dos técnicos e/ou engenheiros da empresa a ser contratada ao local de execução da obra, dando acesso total à sua área interna e externa.

12.2 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelos profissionais da Contratada.

12.3 Expedir a ordem de serviço.

12.4 Fiscalizar o cumprimento exato das condições estabelecidas no contrato a ser formalizado.

12.5 Notificar, por escrito, a Contratada sobre quaisquer imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.

12.6 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com o objeto licitado, emitindo o respectivo Termo de Rejeição.

12.7 Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a substituição, a alteração e/ou refazimento dos serviços não aprovados pela Fiscalização.

12.8 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por um ou mais representantes especialmente designados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

12.9 Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas estabelecidas neste Projeto Básico, no Edital e seus anexos.

12.10 Efetuar o pagamento do objeto deste Projeto Básico nas condições estabelecidas neste instrumento, após a conferência realizada pelo Fiscal do Contrato em conformidade com a legislação pertinente.

12.12 Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com o andamento da execução do objeto, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

13. Cláusula Décima Terceira: Da Segurança do Trabalho

13.1 Deverão ser observadas pelo CONTRATADO todas as condições de higiene e segurança



necessárias à preservação da integridade física de seus empregados, ao patrimônio do Município e aos materiais envolvidos na obra, de acordo com as Normas Regulamentares do Ministério do Trabalho.

13.2 O CONTRATANTE poderá, a seu critério, determinar a paralisação da obra quando julgar que as condições mínimas de segurança e higiene do trabalho não estão sendo observadas pelo CONTRATADO. Este procedimento não servirá como justificativa para eventuais atrasos.

14. Cláusula Décima Quarta: Da Execução

14.1 A CONTRATADA assumirá total responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar de acordo com o Caderno de Especificações Técnicas e demais documentos técnicos fornecidos, bem como pelos danos decorrentes da realização de ditos trabalhos.

14.2 Dentro do prazo de execução será obrigatória a execução de todos os serviços e quantitativos constantes da planilha orçamentária.

14.3 O prazo para execução dos serviços será de **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da assinatura do contrato.

14.4 Os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de **05 (cinco) dias corridos**, contados do dia subsequente ao recebimento da ordem de serviços, acompanhada da nota de empenho.

14.5 A Contratada compromete-se a concluir todas as obras e serviços dentro do prazo estipulado, entregando-os completamente finalizados ao término desse período.

14.6 O prazo de vigência do contrato será de **120 (cento e vinte) dias corridos**, contados a partir da sua assinatura, com eficácia a partir da publicação na Imprensa Oficial.

14.7 DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO

14.7.1 Como condição para o recebimento provisório da obra, a CONTRATADA deverá fornecer à FISCALIZAÇÃO, dentro do prazo contratual, a seguinte documentação que deverá compor a comunicação de conclusão da obra:

14.7.1.1 Comunicação formal em papel timbrado da CONTRATADA, informando a conclusão de todos os serviços contratados;



14.7.2 A Fiscalização poderá solicitar outros documentos em conformidade com as posturas municipais, regulamentos dos órgãos concessionários de serviços públicos do local e características intrínsecas das obras e serviços.

14.7.3 A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços e obras executadas, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e identificar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais necessários.

14.7.4 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados. A Fiscalização não atestará a última medição de serviços até que todas as eventuais pendências sejam sanadas, para fins de lavratura do Termo de Recebimento Provisório.

14.7.5 Após tal inspeção e verificada a conclusão da obra/serviço sem pendências, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela Fiscalização.

14.8 DO RECEBIMENTO DEFINITIVO

14.8.1 O Termo de Recebimento Definitivo da obra será lavrado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, em até 15 (quinze) dias após o Recebimento Provisório, desde que não haja nenhuma pendência apontada pela Fiscalização referentes a defeitos e imperfeições ou exigências contratuais.

14.8.2 A contratada deve manter as obras e serviços em perfeitas condições de conservação e funcionamento, sob a sua responsabilidade, até ser lavrado o termo de recebimento definitivo.

14.8.3 Conforme previsto nos § 2º e § 6º do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, o recebimento provisório ou definitivo não exime o contratado da responsabilidade pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato. Assim, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

14.8.5 A fiscalização e gestão contratual seguirá o contido no Decreto Municipal nº 936/2023.



14.8.6 São indicados para fiscalização:

Gestor do Contrato: Servidora **Miriam Elena Favaretto**, Engenheiro Civil, Superintendente de Engenharia e Obras, portadora do CPF nº 591.*****-87.

Fiscal Administrativo: Servidor **Evandro Matheus Vacheski de Souza Priori**, Cargo: Desenhista, CPF: 099.*****-90.

Fiscal Técnico: Servidor **Luiz Felipe Bortotti**, Cargo: Engenheiro Civil - CREA: 185.843/D, CPF: 100.*****-89.

15. Cláusula Décima Quinta: Das Alterações

15.1. Este Contrato poderá ser alterado pelo CONTRATANTE, precedidos das devidas justificativas, nos seguintes casos:

15.1.1 Unilateralmente pela Administração:

15.1.1.1 Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos.

15.1.1.2 Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei.

15.1.2 Por acordo entre as partes:

15.1.2.1 Quando conveniente a substituição da garantia de execução.

15.1.2.2 Quando necessária a modificação do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.

15.1.2.3 Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.

15.1.2.4 Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do Contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no Contrato.

15.1.3 Nas alterações de que trata esta cláusula deverá ser observado o disposto nos



artigos 124 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

15.1.4 Em situações especiais e devidamente justificadas, serão admitidas, por acordo entre as partes, alterações que superem os limites legais previstos no art. 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que observadas as seguintes situações:

15.1.4.1 Não acarrete para o CONTRATANTE encargos contratuais superiores aos oriundos de uma eventual extinção contratual por razões de interesse público, acrescidos aos custos da elaboração de um novo procedimento licitatório.

15.1.4.2 Não inviabilize a execução contratual, à vista do nível de capacidade técnica e econômico financeira CONTRATADO.

15.1.4.3 Decorra de fatos supervenientes que impliquem em dificuldades não previstas ou imprevisíveis por ocasião da contratação inicial.

15.1.4.4 Não ocasione a transfiguração do objeto originalmente contratado em outro de natureza e propósito diversos.

15.1.4.5 Seja necessária à completa execução do objeto original do Contrato, à otimização do cronograma de execução e à antecipação dos benefícios sociais e econômicos decorrentes.

15.1.4.6 Demonstre, na motivação do ato que autorizar o aditamento contratual na hipótese deste parágrafo, que as consequências da rescisão contratual, seguida de nova licitação e contratação, importam em sacrifício insuportável ou gravíssimo ao interesse coletivo a ser atendido pelo serviço, inclusive à sua urgência e emergência.

15.1.5 O valor do Contrato pode ser alterado quando:

15.1.5.1 A alteração for consequência dos casos dos subitens: **15.1.1 a 15.1.4**.

15.1.5.2 Visar a restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do CONTRATADO e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração do serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual;

15.1.5.3 Ocorrer a criação, extinção ou alteração de quaisquer tributos ou encargos legais, ou a superveniência de disposições legais, após a data da apresentação da proposta, de



comprovada repercussão nos preços contratados, que deverão ser revistos para mais ou para menos, conforme o caso.

15.1.6 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

15.2 A garantia pode ser alterada quando conveniente a substituição a pedido do CONTRATADO e aceita pelo CONTRATANTE.

15.3 A forma de pagamento poderá ser alterada por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou serviço.

15.4 No caso de supressão de bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes devem ser ressarcidos pelo CONTRATANTE pelos custos de aquisição regularmente comprovados.

15.5 Havendo alteração do Contrato que aumente ou diminua os encargos do CONTRATADO, deve ser reestabelecida a equação econômico-financeira por meio de aditamento contratual nos casos autorizados pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

15.6 A revisão do preço original do Contrato, quando imposta em decorrência das disposições deste Contrato, dependerá da efetiva comprovação do desequilíbrio, das necessárias justificativas, dos pronunciamentos dos setores técnico e jurídico e da aprovação da autoridade competente.

16. Cláusula Décima Sexta: Da Inexecução, Extinção e Penalidades

16.1 A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua extinção, com as consequências previstas em no art. 289 do Decreto Municipal 936/2023, os contratados que descumprirem total ou parcialmente as normas administrativas ficarão sujeitos às penalidades descritas no Artigo 156º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

16.2 Constituem motivo para extinção do Contrato:

16.2.1 O não cumprimento de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos.

16.2.2 O cumprimento irregular de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos.

16.2.3 A lentidão no seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a presumir a não



conclusão do serviço nos prazos estipulados.

16.2.4 O atraso injustificado no início do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE.

16.2.5 A paralisação ou do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE.

16.2.6 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial do Contrato, fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução desse, exceto se autorizada pelo CONTRATANTE nos casos permitidos em Lei.

16.2.7 O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução, assim como as de seus superiores.

16.2.8 O cometimento reiterado de faltas na execução do ajuste, anotadas no Relatório de Vistoria.

16.2.9 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil do CONTRATADO.

16.2.10 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do Contrato.

16.2.11 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado.

16.2.12 Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em Lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

16.2.13 A falta de integralização da garantia nos prazos estipulados.

16.2.14 Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo CONTRATANTE.

16.2.15 A suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 3 (três) meses, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao CONTRATADO, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação.

16.2.16 O atraso superior a 2 (dois) meses dos pagamentos devidos pelo



CONTRATANTE decorrentes dos serviços ou fornecimentos ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

16.2.17 A não liberação, por parte do CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto.

16.2.18 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do Contrato.

16.2.19 O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

16.2.20 A superveniência da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

16.2.21 O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.

16.3 Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados nos autos de processo administrativo autônomo, por meio do qual ficará assegurado o contraditório e ampla defesa.

16.4 A extinção do Contrato poderá ser:

16.4.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

16.4.2 Consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse da Administração.

16.5 A extinção administrativa ou consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

16.6 Quando a extinção ocorrer com base nos subitens **16.2.14 à 16.2.22** (CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA INEXECUÇÃO, EXTINÇÃO E PENALIDADES), sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito.

16.6.1 Devolução da garantia, quando houver.

16.6.2 Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção.



16.6.3 Pagamento do custo da desmobilização, quando couber.

16.6.4 Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.

16.7 A rescisão unilateral acarretará as seguintes consequências, sem prejuízos das sanções previstas neste instrumento:

16.7.1 Assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do CONTRATANTE.

16.7.2 Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do Contrato, necessários à sua continuidade, a serem devolvidos ou ressarcidos posteriormente, mediante avaliação, nos casos de serviços essenciais conforme previsto na Lei.

16.7.3. Perda ou execução da garantia contratual, para ressarcimento do Estado e dos valores das multas e indenizações a ele devidos.

16.7.4. Retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados.

16.8 Na hipótese de ocupação provisória, o ato deverá ser precedido de autorização expressa da autoridade competente do CONTRATANTE.

16.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pelo CONTRATANTE caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à penalidade definida no **item 16.15** deste Contrato, além das demais penalidades previstas neste Contrato.

16.10 O atraso injustificado na execução do Contrato sujeitará o CONTRATADO à multa de mora, na forma prevista neste Contrato, sem prejuízo do previsto no subitem **16.2.3** deste Contrato.

16.10.1 A multa moratória não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras penalidades previstas neste Contrato.

16.10.2 A multa será descontada dos pagamentos ou da garantia do respectivo Contrato, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

16.11 Pela inexecução total ou parcial, bem como pelo atraso injustificado na execução do Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar as seguintes sanções:

16.11.1 Advertência por escrito, em caso de descumprimento de quaisquer obrigações



previstas no edital e seus anexos e neste Contrato que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves.

16.11.2 Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 30% (trinta por cento). Após o trigésimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia será cabível a multa compensatória.

16.11.3 Multa de 10% (dez por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

16.11.4 Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato, nos casos de inexecução total do objeto.

16.11.5 Multa de 0,5% a 5,0% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo.

16.12 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5% ao dia sobre o valor do Contrato
2	1,0% ao dia sobre o valor do Contrato
3	1,5% ao dia sobre o valor do Contrato
4	2,5% ao dia sobre o valor do Contrato
5	5,0% ao dia sobre o valor do Contrato

TABELA 2		
INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	04
3	Manter trabalhador sem qualificação exigida para executar os serviços contratados, ou deixar de substituir trabalhador quando exigido pela fiscalização, por trabalhador.	03
4	Recusar-se a executar ou corrigir serviço determinado pela fiscalização, por serviço.	02



5	Permitir a execução de serviços sem a utilização de EPIs/EPCs, por trabalhador.	01
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:		
6	Registrar no Diário de Serviços todas as ocorrências diárias, bem como especificar detalhadamente os serviços em execução.	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência.	02
8	Substituir trabalhador que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por trabalhador e por dia.	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	03
10	Indicar e manter durante a execução do Contrato os prepostos previstos no edital/Contrato.	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações do CONTRATADO	01
12	Zelar pelas instalações da Administração ou de terceiros.	03

16.13 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

16.14 Multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 30 (trinta) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

16.15 Impedimento de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Apucarana, por prazo não superior a 03 (três) anos, nos casos e na forma previstos na Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no art. 297 do Decreto Municipal nº 936/2023, parágrafo 6º.

16.16. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o Município, nos casos e na forma previstos na Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no art. 298 do Decreto Municipal nº 936/2023.

16.17 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar, e declaração de inidoneidade para citar ou contratar, poderão ser aplicadas cumulativamente com a pena de multa.

16.18 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



16.19 Após encerramento do processo administrativo, a importância devida correspondente à aplicação de multa deverá ser recolhida junto ao CONTRATANTE em até 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação do CONTRATADO.

17. Cláusula Décima Sétima: Do Recebimento

17.1 Executado o Contrato o seu objeto será recebido:

17.1.1 Provisoriamente, quando da conclusão da obra ou serviço, pelo fiscal do Contrato ou por comissão de no mínimo 3 (três) membros designados pela autoridade administrativa competente, neste caso com a participação do responsável pela fiscalização do serviço de engenharia, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do CONTRATADO, com duração máxima de 30 (trinta) dias.

17.1.1.1 Como condição para o recebimento provisório da obra, a CONTRATADA deverá fornecer à FISCALIZAÇÃO, a seguinte documentação que deverá compor a comunicação de conclusão da obra:

17.1.1.1.1 Comunicação formal em papel timbrado da CONTRATADA, dando conta da conclusão de todos os serviços contratados.

17.1.1.1.2 Termo de garantia dos principais componentes da obra e relatório dos ensaios tecnológicos previamente solicitados pela Fiscalização;

17.1.1.1.3 Comprovante da destinação dos resíduos.

17.1.1.2 A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos mesmos e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.1.1.3 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências para fins de lavratura do Termo de Recebimento Provisório.

17.1.1.4 Após tal inspeção e verificado a conclusão do serviço sem pendências, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas



assinadas pela fiscalização.

17.1.2 Definitivamente, por comissão designada pela autoridade competente, sem a participação do fiscal do Contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes e pelo usuário, após o decurso do prazo de observação ou de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

17.2 Os responsáveis pelo recebimento deverão lavrar termo de notificação anterior ao termo de recebimento provisório ou definitivo sempre que os serviços não apresentarem condições de aceitação. O termo de notificação deverá caracterizar os vícios, defeitos e incorreções constatados e determinar prazo para saneamento.

17.2.1 O CONTRATADO é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

17.2.2 Decorrido o prazo fixado, os responsáveis procederão nova verificação objetivando o recebimento, que somente será lavrado quando as obras ou serviços apresentarem perfeitas condições.

17.3 Nos serviços serão lavrado termo de recebimento provisório, e, decorridos 30 (trinta) dias do recebimento provisório, será lavrado termo de recebimento definitivo.

17.4 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do CONTRATADO pela solidez e segurança da obra, assim pelos materiais, como não a exime da responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

17.5 Para o recebimento definitivo, o CONTRATADO deverá entregar ao CONTRATANTE, Todos os serviços contratados sem pendência com a fiscalização.

17.6 Os termos de recebimento definidos neste capítulo constituem atos administrativos anuláveis nas hipóteses de erro ou ignorância, dolo, coação, simulação, fraude, incapacidade dos agentes públicos, impossibilidade jurídica ou ilicitude.

18. Cláusula Décima Oitava: Dos Recursos Administrativos

18.1 Dos atos do CONTRATANTE decorrentes da aplicação deste Contrato cabem recursos administrativos nas formas previstas em Lei.



19. Cláusula Décima Nona: Cláusulas Gerais

19.1 Os contratados devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.

19.2 Para os propósitos da cláusula anterior, definem-se as seguintes práticas:

- a) “Prática corrupta”:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- b) “Prática fraudulenta”:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) “Prática colusivas”:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) “Prática coercitiva”:** Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) “Prática obstrutiva”:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista na cláusula do **Contrato**, atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito do Município de Apucarana.

20. Cláusula Vigésima: Do Foro

20.1 As partes elegem o Foro da Comarca de Apucarana para dirimir toda e qualquer questão pertinente ao presente negócio, renunciando a quaisquer outros por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o contrato em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas, a todo o ato presentes, vai pelas partes assinado, as quais se obrigam a cumpri-lo.



AUTARQUIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO

Município de Apucarana, XX de XXXXXX de XXXXXX.

Autarquia Municipal de Educação

Ana Paula do Carmo Donato

Nome da Empresa

Nome do Representante

Fiscal Técnico do Contrato

Luiz Felipe Bortotti

Fiscal Administrativo do Contrato

Evandro Matheus Vacheski de Souza

Priori

Gestor do Contrato

Miriam Elena Favaretto



DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. APRESENTAÇÃO:

1.1 O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá enviar, no prazo máximo de **04 (quatro) horas**, a contar da notificação, os documentos de habilitação deste anexo, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital.

2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

A documentação a ser entregue relativa à Habilitação Jurídica consistirá em:

2.1 Registro comercial, no caso de empresa individual.

2.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

2.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício.

2.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

2.5 Procuração do representante do licitante neste Pregão eletrônica, se for o caso.

3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

A documentação a ser entregue relativa à Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista consistirá em:

3.1 Prova de inscrição ativa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

3.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

3.3 Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal.

3.4 Certidão de Regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a



Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias).

3.5 Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual (Inclusive a do Estado do Paraná para os licitantes sediados em outro Estado da Federação).

3.6 Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal, da sede da matriz da Licitante, ou da filial quando for o caso e a natureza do tributo possibilitar.

3.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440, de 2011.

3.8 Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

3.8.1 Esta declaração poderá ser suprida pela declaração contida no item 11 do **Anexo IV**.

4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

A documentação a ser entregue relativa à habilitação Econômico-financeira consistirá em:

4.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor Judicial da sede do Licitante, com antecedência máxima de até 60 (sessenta) dias corridos, contados da data prevista para a abertura da licitação.

4.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando-se como base a variação ocorrida no período, do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP – DI, publicada pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou outro indicador que o venha substituir.

4.2.1 Serão considerados aceitos como na forma da Lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

4.2.1.1 Publicados em Diário Oficial ou;

4.2.1.2 Publicados em Jornal ou;

4.2.1.3 Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da Sede ou domicílio da Licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento.

4.2.1.4 Quando a data da abertura do certame for superior ao dia 30 de abril do



presente ano, somente aceito o balanço do ano anterior.

4.2.2 O Balanço Patrimonial da Sociedade Anônima ou por Ações deverá ser o publicado em Diário Oficial sendo que as de capital aberto deverão, ainda, vir acompanhadas de Parecer de Auditor(es) Independente. O Balanço Patrimonial das demais empresas deverá ser o transcrito no “Livro Diário” contendo identificação completa da empresa, de seu titular, e de seu responsável técnico contábil, acompanhado de seus respectivos Termos de Abertura e Encerramento. Os Termos deverão estar registrados na Junta Comercial ou Cartório de Títulos e Documentos.

4.2.3 Em caso de empresa que ainda não possua balanço patrimonial e demonstrações contábeis exigíveis, por ser recém-constituída, apresentação de cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial ou cópia do Livro Diário contendo o Balanço de Abertura, inclusive com os termos Abertura e de Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do Licitante.

4.2.3.1 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

4.3 A comprovação da situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Corrente (ILC), Liquidez Geral (ILG) e Índice de Solvência Geral (SG), bem como pela Disponibilidade Financeira Operacional, resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

4.3.1. Índice de Liquidez Corrente (ILC):

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

4.3.2. Índice de Liquidez Geral (ILG):

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

4.3.3. Índice de Solvência Geral (SG):

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

4.3.4. Valor Patrimonial (VP):

$$VP = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Capital Social}}$$



4.3.5. Cálculo dos Coeficientes K5, K6, K7 e Kf:

CAPACIDADE	ÍNDICES	PESO	INTERVALO DE PONTOS = ÍNDICE X PESO
ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE – ILC	(valor do ILC)	30	\leq valor do ILC X 30
ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL – ILG	(valor do ILG)	50	\leq valor do ILG X 50
VALOR PATRIMONIAL - VP	(VP)	20	\leq valor do VP X 20

TABELA PARA SE OBTER K5			
15 ≤	INTERVALO DE PONTOS	< 30 →	1,2
30 ≤		< 36 →	1,5
36 ≤		< 39 →	1,8
39 ≤		< 51 →	2,1
		≥ 51 →	2,4

TABELA PARA SE OBTER K6			
25 ≤	INTERVALO DE PONTOS	< 50 →	2,0
50 ≤		< 60 →	2,5
60 ≤		< 65 →	3,0
65 ≤		< 85 →	3,5
		≥ 85 →	4,0

TABELA PARA SE OBTER K7			
10 ≤	INTERVALO DE PONTOS	< 20 →	0,8
20 ≤		< 24 →	1,0
24 ≤		< 26 →	1,2
26 ≤		< 34 →	1,4
		≥ 34 →	1,6

Sendo:

Kf = Coeficiente Financeiro

$$Kf = K5 + K6 + K7$$

Obs: Para a obtenção de K5, K6 e K7 usar os INTERVALOS DE PONTOS obtidos pelas fórmulas acima.

4.3.6. Disponibilidade Financeira Operacional:

D = Disponibilidade Financeira Operacional

$$D = (1,25 \times Kf \times PL) - SC$$

Sendo

PL = Patrimônio Líquido

SC = Saldo Contratual, Conforme **Anexo VIII**

SC = \sum Valor do compromisso - \sum Valor já faturado, isto é, a diferença entre a somatória dos compromissos e a somatória dos valores já faturados referentes aos compromissos.

4.3.6.1. A Disponibilidade Financeira deverá ser maior ou igual ao valor da proposta do Licitante, e deverá ser recalculada e entregue na assinatura do contrato. Para isso deverá ser entregue pelo licitante vencedor um novo Quadro, conforme Anexo VIII e Memorial de Cálculo da Disponibilidade Financeira Operacional.



4.3.7. As fórmulas indicadas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.

4.3.8. A Licitante deverá apresentar Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou superior a 1,0 (um inteiro), Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a 1,0 (um inteiro) e Índice de Solvência Geral (SG) igual ou superior a 1,0 (um inteiro).

4.3.9. Na ocorrência de algum equívoco na elaboração destes cálculos, tendo a Licitante fornecido dados que possibilitem a correção dos mesmos, não será motivo de inabilitação.

4.4. Apresentar a Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação e Capacidade Operacional Financeira com os compromissos assumidos pela Licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação (**Anexo VII**).

4.4.1. As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

4.5. Comprovação de possuir Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor máximo estimado da contratação, mediante apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social – cópia extraída do Livro Diário e registrado na Junta Comercial ou publicação em Diário Oficial, ou Certidão de Cartório de Títulos ou Documentos.

4.5.1. Uma vez apresentados estes documentos na forma do contido no **item 4.2.** (da HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA), não é necessária nova inclusão.

4.6. Para as empresas cadastradas no Programa REFIS deverá ser obedecido o artigo 14 da Lei Federal n.º 9.964, de 2000.

4.7. As empresas deverão apresentar a relação dos compromissos assumidos que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção da disponibilidade financeira, calculada em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

4.7.1. Esta relação de compromissos deverá constar no Anexo IX para o cálculo do saldo contratual (SC).



5. COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

5.1. CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL:

A documentação a ser entregue relativa à Capacidade Técnica Operacional consistirá em:

5.1.1. A licitante deverá apresentar certidão de registro e quitação junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou ao Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU), comprovando atividade relacionada ao objeto da licitação. A licitante deve dispor do nome do profissional autorizado a atuar como responsável técnico pelos serviços a serem executados, conforme estabelecido no artigo 4º, parágrafo único, da Resolução 425/98 do CONFEA. (Certidões dentro do prazo de validade).

5.1.1.1. Em se tratando de empresa não registrada no CREA e/ou no CAU do Estado do Paraná, deverá apresentar o registro do CREA e/ou do CAU do Estado de origem, ficando a Licitante vencedora obrigada a apresentar o visto do CREA e/ou do CAU do Paraná na assinatura do Contrato.

5.1.1.2 Apresentar acervo técnico do responsável técnico (engenheiro ou arquiteto) da empresa no Conselho Regional, devidamente registrado de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) acompanhado das respectivas certidões de acervo técnico expedidas por esses conselhos.

5.1.1.3 Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante; cópia da Certidão expedida pela entidade profissional competente, da sede ou filial da licitante onde consta o registro do profissional como Responsável Técnico; ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, desde que acompanhada da declaração de anuência do profissional, caso o licitante se



sagre vencedor do certame;

5.1.2. A licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços compatíveis com os serviços indicados na planilha base, detalhando as atividades realizadas, os prazos de execução e a qualidade dos serviços prestados, bem como dispor dos seguintes itens similares em complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto da presente licitação:

- Execução de serviço de engenharia de reforço de rede de baixa tensão para atendimento ao padrão de energia elétrica trifásica 3x200A.

5.1.2.1 Além da apresentação do atestado anteriormente exigido, a empreiteira deverá possuir habilitação/cadastro ativo junto à COPEL, compatível com a execução do objeto desta contratação, em conformidade com as exigências constantes na memória de cálculo de participação financeira emitida pela concessionária.

5.1.3. Declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme **Anexo V**.

5.1.3.1. A Declaração é um documento indispensável a ser entregue, sendo que a sua ausência inabilitará o Licitante.

5.1.3.2. A vistoria técnica terá por finalidade o conhecimento das condições locais onde será prestado o serviço, para efetuar as medições e conferências que se fizerem necessárias para a correta elaboração de sua proposta, bem como para solicitação de outros esclarecimentos que julgarem necessários.

5.1.3.3. Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento das condições locais pertinentes à execução do objeto, não serão argumentos válidos para reclamações futuras, nem desobrigam a execução do serviço. Todas as ocorrências pertinentes ao escopo dos serviços, a partir da assinatura do contrato, serão de responsabilidade do contratado.

5.2. CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL:

A documentação a ser entregue relativa à Capacidade Técnica Profissional consistirá em:

5.2.1. A comprovação do(s) profissional(is) de nível superior, ou outro devidamente



reconhecido pela entidade competente, detentor(es) da(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) emitida(s) pelo CREA e/ou CAU, acompanhada(s) do(s) devido(s) Atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, pela execução dos serviços, com a comprovação de pertencer ao quadro permanente da Licitante, conforme abaixo:

5.2.1.1 Profissional Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista, detentor do Acervo de Responsabilidade Técnica pela execução dos serviços indicados no subitem **5.1.2**, que pertença ao quadro permanente da licitante.

5.2.2. A comprovação de pertencer ao quadro permanente da empresa deverá ser feita mediante uma das seguintes formas:

5.2.2.1. Carteira de Trabalho.

5.2.2.2. Certidão do CREA.

5.2.2.3. Certidão do CAU.

5.2.2.4. Contrato Social.

5.2.2.5. Contrato de prestação de serviços.

5.2.2.6. Contrato de Trabalho registrado na DRT.

5.2.2.7. Termo, através do qual o(s) profissional(is) assumam a responsabilidade técnica pela obra ou serviço de engenharia licitado e o compromisso de integrar(em) o quadro técnico da empresa, no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicado. O presente Termo pode ser suprido pela assinatura no **Anexo III** do(s) profissional(is) que será(ão) responsável(is) pela obra ou serviço de engenharia.

5.2.3. O(s) profissional(is) indicado(s) pela Licitante para fins de comprovação da capacitação deverá(ão) participar da obra ou serviço de engenharia objeto da licitação.

5.2.4. Apresentar a(s) Certidão(ões) de Registro de Pessoa Física com a regularidade do(s) profissional(is) indicado(s) pela Licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade.

5.2.5 Caso a preponente seja a vencedora do certame e haja participação de profissional co responsável (não apresentado no acervo da Licitação) pela execução da obra, o mesmo só poderá emitir ART/RRT **com expressa autorização da Fiscalização**.

5.2.6 No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem



poderão ser substituídos, nos termos do artigo 67, §6º da Lei nº 14.133/2021, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

6. DEMAIS DOCUMENTOS:

A documentação a ser entregue relativa aos demais documentos consistirá em:

6.1. Declaração de Cumprimento de Exigências Legais e Constitucionais. (Anexo IV)

6.2. Declaração de que a Licitante se compromete a comprovar, quando da assinatura do contrato, os vínculos, empregatícios ou contratual, da equipe técnica, no caso de ser a vencedora da presente licitação.

6.2.1. Esta declaração é suprida pela apresentação do **Anexo III**.

6.3. Declaração de que não possui, em seu quadro funcional, menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (Inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal).

6.3.1. Esta declaração é suprida pela apresentação do **Anexo IV**.

6.4. Os documentos solicitados acima, quando couber, devem estar devidamente assinados, quando necessário.

7. CONDIÇÃO DE ME OU EPP:

A documentação a ser entregue relativa à comprovação da condição de ME ou EPP, se for o caso, consistirá em:

7.1. Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente.

7.2. Declaração escrita, conforme **Anexo II**, sob as penas da Lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

7.3. Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 1002 DE 2021, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir.



7.4. De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.4.1. A prorrogação do prazo previsto no **item 7.4.** (da CONDIÇÃO DE ME OU EPP) deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

7.4.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

7.5. Na hipótese do **item 7.4.** (da CONDIÇÃO DE ME OU EPP), as microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.6. Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

7.7. Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.



PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

1.1 O presente Projeto Básico deverá fazer parte integrante do edital de licitação e tem por objetivo estabelecer o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para configurar a execução do objeto licitatório.

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

2.1 Pregão eletrônico para a execução de **Serviço de engenharia, visando o reforço de rede de baixa tensão para atender o padrão de energia 3x200A de 14 instituições escolares do Município de Apucarana**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

2.2 Local de execução

Item	Descrição do Serviço	Unidade	Valor
Lote 1	CMEI Ana Luizão Festi, situa-se à Rua Augusto Ferreira Chagas, 847, Distrito de Pirapó	SVC	R\$ 15.956,66
Lote 2	CMEI Irmã Dulce, situa-se à Rua José Cardoso Sobrinho, 364, Parque Biguaçu	SVC	R\$ 10.660,17
Lote 3	CMEI Izabel Holak, situa-se à Rua São Leopoldo, 101, Loteamento Djalma Mendes de Oliveira	SVC	R\$ 3.565,34
Lote 4	CMEI Jandira Scarpelini, Rua Fernando Pereira, n° 373, Lote A - H - 1 / 2 - C, Jd. Ponta Grossa	SVC	R\$ 12.476,02
Lote 5	CMEI José Ignácio Neto, situa-se à Rua Ebenezer, 2, Loteamento Recanto do lago	SVC	R\$ 7.188,64
Lote 6	CMEI Luis Anibal MatiuZZi, situa-se à Rua Conselheiro Zacarias Góis de Vasconcelos, 67	SVC	R\$ 6.050,30
Lote 7	CMEI Miguel Moreno, situa-se à Rua Nossa Senhora do Bom Conselho, 18, Vila Reis	SVC	R\$ 6.305,59
Lote 8	EM Augusto Weyand, situa-se à Rua Marcílio Dias, 889, Jardim Tibagi	SVC	R\$ 14.115,93
Lote 9	EM Humberto de Alencar Castelo Branco, situa-se à Rua Carmem Miranda, 114, N.H. Castelo Branco	SVC	R\$ 8.512,55
Lote 10	EM Joaquim Vicente de Castro, situa-se à Rua Quintino Bocaiúva, 738, Vila Santana Rosa	SVC	R\$ 17.024,96
Lote 11	EM Luiz Carlos Prestes, situa-se à Rua Jardim América, 632, Rua da Independência	SVC	R\$ 1.362,27



Lote 12	EM Professora Marta Pereira da Silva, situa-se à Rua Santa Cândida, 89, Jardim Menegazzo	SVC	R\$ 5.236,43
Lote 13	EM Dr. Osvaldo dos Santos Lima, situa-se à Rua Emílio de Menezes, 500, Jardim Alvorada	SVC	R\$ 8.589,84
Lote 14	EM Papa João XXIII, situa-se à Rua Natividade, 646, Vila Regina	SVC	R\$ 1.051,98
		TOTAL	R\$ 118.096,68

2.3 O objeto da contratação tem a natureza de obra, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.4 A minuta do contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 A presente contratação justifica-se pela necessidade de adequação da infraestrutura elétrica das unidades escolares do Município de Apucarana, uma vez que a rede de baixa tensão existente não comporta, de forma adequada e segura, a demanda atual de carga elétrica das instituições.

3.2 Atualmente, as unidades escolares contempladas demandam fornecimento de energia elétrica no padrão trifásico 3x200A, sendo que a infraestrutura existente apresenta limitações técnicas que podem ocasionar sobrecargas, quedas de energia e falhas no fornecimento, comprometendo o pleno funcionamento das atividades administrativas e pedagógicas.

3.3 Dessa forma, a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para reforço da rede de baixa tensão tem por objetivo viabilizar a adequação do sistema elétrico ao padrão necessário, garantindo maior segurança, confiabilidade e estabilidade no fornecimento de energia.

3.4 Busca-se, ainda, assegurar a continuidade dos serviços públicos educacionais, bem como proporcionar condições adequadas de funcionamento dos equipamentos elétricos e eletrônicos utilizados nas unidades escolares, em observância aos princípios da eficiência, segurança e interesse público.



3.5 Trata-se, portanto, de serviços comuns de engenharia, nos termos do disposto no inciso XXI, alínea a, do artigo 6º, da Lei Federal nº 14.133/21, assim como no Decreto Municipal nº 936/2023. Considera-se como serviço comum de engenharia “todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens”, sem alterar substancialmente as características físicas ou de área construída do imóvel como um todo.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Projeto Básico.

4.2 Todos os serviços constantes destas especificações e dos orçamentos englobam fornecimento e/ou fabricação de materiais e mão de obra.

5. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

5.1 Os serviços desta contratação são caracterizados como serviços comuns de engenharia conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Projeto Básico.

6. VALOR GLOBAL ESTIMADO

6.1 O valor global estimado para a realização dos serviços será realizado conforme cada lote de instituição, sendo eles:

- 1.** Lote 1: CMEI Ana Luíza Festi, valor máximo de R\$ 15.956,66 (quinze mil, novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e seis centavos).
- 2.** Lote 2: CMEI Irmã Dulce, valor máximo de R\$ 10.660,17 (dez mil, seiscentos e sessenta reais e dezessete centavos).
- 3.** Lote 3: CMEI Izabel Holak, valor máximo de R\$ 3.565,34 (três mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e quatro centavos).
- 4.** Lote 4: CMEI Jandira Scarpelini, valor máximo de R\$ 12.476,02 (doze mil, quatrocentos



e setenta e seis reais e dois centavos).

5. Lote 5: CMEI José Ignácio Neto, valor máximo de R\$ 7.188,64 (sete mil, cento e oitenta e oito reais e sessenta e quatro centavos).
6. Lote 6: CMEI Luis Anibal Matiuzzi, valor máximo de R\$ 6.050,30 (seis mil, cinquenta reais e trinta centavos).
7. Lote 7: CMEI Miguel Moreno, valor máximo de R\$ 6.305,59 (seis mil, trezentos e cinco reais e cinquenta e nove centavos).
8. Lote 8: EM Augusto Weyand, valor máximo de R\$ 14.115,93 (quatorze mil, cento e quinze reais e noventa e três centavos).
9. Lote 9: EM Humberto de Alencar Castelo Branco, valor máximo de R\$ 8.512,55 (oito mil, quinhentos e doze reais e cinquenta e cinco centavos).
10. Lote 10: EM Joaquim Vicente de Castro, valor máximo de R\$ 17.024,96 (dezessete mil, vinte e quatro reais e noventa e seis centavos).
11. Lote 11: EM Luis Carlos Prestes, valor máximo de R\$ 1.362,27 (mil, trezentos e sessenta e dois reais e vinte e sete centavos).
12. Lote 12: EM Marta Pereira, valor máximo de R\$ 5.236,43 (cinco mil, duzentos e trinta e seis reais e quarenta e três centavos).
13. Lote 13: EM Dr. Oswaldo Santos Lima, valor máximo de R\$ 8.589,84 (oito mil, quinhentos e oitenta e nove reais e oitenta e quatro centavos).
14. Lote 14: EM Papa João XXIII, valor máximo de R\$ 1.051,98 (mil e cinquenta e um reais e noventa e oito centavos).

Totalizando um valor global de R\$ 118.096,68 (cento e dezoito mil, noventa e seis reais e sessenta e oito centavos).

6.2 Os valores apresentados acima foram elaborados com base nos orçamentos e memórias de cálculo fornecidos pela Copel, referentes às obras de reforço/ampliação de rede elétrica necessárias para atendimento das unidades escolares municipais.

6.3 Para cada lote, considerou-se inicialmente o valor total da obra indicado pela Copel, correspondente ao custo integral necessário para execução das adequações elétricas.

6.4 Conforme critérios técnicos e regulatórios aplicáveis, a Copel participa financeiramente de parte das obras, mediante cálculo específico de participação financeira, constante nas memórias de cálculo anexadas ao processo.



6.5 Assim, o valor remanescente não coberto pela participação financeira da **Copel** constitui a contrapartida de responsabilidade desta Autarquia para viabilização da execução dos serviços.

6.6 Com o objetivo de aferir a razoabilidade dos valores e estimar o custo final a ser suportado pela Autarquia, foram realizados orçamentos junto a empresa do ramo **(EletroAst – Instalações e Manutenção Elétrica Ltda e Stel Sistemas Elétricos LTDA)**, cujos valores encontram-se demonstrados comparativamente na tabela abaixo:

LOTES	INSTITUIÇÕES	R\$ CUSTO TOTAL DA COPEL	R\$ DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DA COPEL, conforme anexo	R\$ DE RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO			CUSTO ESTIMADO DA ADMINISTRAÇÃO
				COPEL	ELETRO AST	STEL	
Lote 1	CMEI Ana Luíza Festi	R\$ 48.433,28	R\$ 34.986,15	R\$ 13.447,13	R\$ 21.209,00	R\$ 13.213,85	R\$ 15.956,66
Lote 2	CMEI Irmã Dulce	R\$ 63.769,57	R\$ 53.953,52	R\$ 9.816,05	R\$ 12.618,00	R\$ 9.546,48	R\$ 10.660,17
Lote 3	CMEI Izabel Holak	R\$ 33.054,92	R\$ 29.855,94	R\$ 3.198,98	R\$ 4.553,00	R\$ 2.944,06	R\$ 3.565,34
Lote 4	CMEI Jandira Scarpelini	R\$ 49.563,70	R\$ 39.982,82	R\$ 9.580,88	R\$ 18.530,00	R\$ 9.317,18	R\$ 12.476,02
Lote 5	CMEI José Ignácio Neto	R\$ 38.747,81	R\$ 32.664,44	R\$ 6.083,37	R\$ 9.647,00	R\$ 5.835,56	R\$ 7.188,64
Lote 6	CMEI Luis Anibal Matiuizi	R\$ 34.905,10	R\$ 29.442,09	R\$ 5.463,01	R\$ 7.530,00	R\$ 5.157,91	R\$ 6.050,30
Lote 7	CMEI Miguel Moreno	R\$ 36.437,90	R\$ 29.473,56	R\$ 6.964,34	R\$ 5.226,00	R\$ 6.726,44	R\$ 6.305,59
Lote 8	EM Augusto Weyand	R\$ 25.038,51	R\$ 10.064,86	R\$ 14.973,65	R\$ 12.639,00	R\$ 14.735,14	R\$ 14.115,93
Lote 9	EM Humberto de Alencar Castelo Branco	R\$ 23.169,37	R\$ 13.548,85	R\$ 9.620,52	R\$ 6.566,00	R\$ 9.351,15	R\$ 8.512,55
Lote 10	EM Joaquim Vicente de Castro	R\$ 52.768,67	R\$ 39.581,39	R\$ 13.187,28	R\$ 24.969,00	R\$ 12.918,61	R\$ 17.024,96
Lote 11	EM Luiz Carlos Prestes	R\$ 44.623,21	R\$ 43.099,33	R\$ 1.523,88	R\$ -	R\$ 1.200,67	R\$ 1.362,27
Lote 12	EM Professora Marta Pereira da Silva	R\$ 35.171,55	R\$ 28.920,12	R\$ 6.251,43	R\$ 3.478,00	R\$ 5.979,88	R\$ 5.236,43
Lote 13	EM Dr. Osvaldo dos Santos Lima	R\$ 41.192,67	R\$ 33.870,57	R\$ 7.322,10	R\$ 11.518,00	R\$ 6.929,43	R\$ 8.589,84
Lote 14	EM Papa João XXIII	R\$ 30.370,79	R\$ 29.122,42	R\$ 1.248,37	R\$ 830,00	R\$ 1.077,58	R\$ 1.051,98
							R\$ 118.096,68

6.7 A coluna “custo estimado da administração” representa a média dos valores obtidos entre as empresas consultadas, sendo utilizada exclusivamente como parâmetro estimativo do montante que poderá ser arcado por esta Administração em cada lote.

6.8 Ressalta-se que os valores estimados foram elaborados considerando as particularidades técnicas específicas de cada unidade escolar contemplada, tendo em vista que os serviços de reforço de rede elétrica de baixa tensão apresentam variações relevantes quanto às condições de instalações existentes, distâncias de rede, demanda de carga e demais características operacionais individualizadas de cada lote.

6.9 Para definição do custo estimado da contratação pela Administração, optou-se pela utilização da média aritmética dos valores coletados, considerando as particularidades técnicas dos serviços previstos em cada unidade escolar e a necessidade de obtenção de estimativa mais compatível com os valores efetivamente praticados no mercado. A adoção deste critério busca assegurar maior competitividade ao certame, bem como garantir a



exequibilidade contratual, evitando distorções que possam resultar em preços inexecutáveis ou incompatíveis com a complexidade dos serviços a serem executados. Dessa forma, a média aritmética mostrou-se o método mais adequado ao atendimento dos princípios da razoabilidade, economicidade e eficiência da contratação pública.

6.10 Assim, entende-se que os valores estimados atendem aos parâmetros de mercado e aos princípios da economicidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos, proporcionando equilíbrio entre a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração e a viabilidade da futura execução contratual

7. VISTORIA TÉCNICA PRÉVIA

7.1 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de **segunda à sexta-feira, das 08:30 às 11:00 horas e das 13:30 às 16:00 horas.**

7.2 A vistoria deverá ser agendada previamente através do e-mail: **engenharia@ame.apucarana.pr.gov.br**, informando o representante legal da empresa ou responsável técnico que efetuará a vistoria.

7.2.1 O representante ou responsável, no momento da visita, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.3 Após a realização da visita ao local, a licitante deverá solicitar o Atestado de Visita técnica via e-mail para **engenharia@ame.apucarana.pr.gov.br**.

7.4 Caso a licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.5 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.



8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO

8.1 A proposta de preço deverá conter os seguintes documentos:

8.1.1 A empresa deverá ser apresentada em **valor global**, contemplando a execução completa do objeto licitado, qual seja, o serviço de engenharia para reforço da rede de baixa tensão, conforme especificações constantes neste Projeto Básico.

8.1.2 O valor ofertado deverá incluir todos os custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços, tais como mão de obra, materiais, equipamentos, encargos sociais, ISS municipal de 5% no serviço, deslocamentos e quaisquer outras despesas necessárias ao integral cumprimento do objeto.

8.2 A proposta de preços deverá ser apresentada da seguinte forma:

8.2.1 De preferência, ser elaborada em computador, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas.

8.2.2 Deve estar datada, assinado e rubricado, e conter informações como razão social, CNPJ, telefone(s), e-mail e endereço com CEP da empresa.

8.2.3 A proposta deverá ter prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias, salvo disposição diversa no edital.

8.3 Se ocorrerem falhas, erros, discrepâncias ou omissões, assim como transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou diretrizes, é responsabilidade da licitante informar imediatamente a Comissão Permanente de Licitação por escrito, dentro do prazo definido no edital, a fim de solicitar esclarecimentos por parte da Comissão.

8.4 Dos preços

8.4.1 Cada licitante deverá elaborar suas composições de custos incluindo todos os materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra, bem como quaisquer outras despesas que entenderem necessários para a conclusão do serviço, de acordo com as especificações técnicas.

8.4.2 Nos preços cotados deverão estar inclusos os encargos sociais e trabalhistas. Além disso, deverão ser deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

8.4.3 Os impostos, as taxas, as despesas indiretas e o lucro bruto da licitante deverão estar considerados em item específico – BDI, conforme anexo.

8.4.4 A proposta apresentada e levada em consideração para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade da empresa licitante, não lhe cabendo o direito de



pleitear qualquer alteração.

9. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

9.1 DO PREÇO GLOBAL

O preço máximo global dos serviços será conforme cada lote, estão mencionado no item 6.1.

9.1.1 Em hipótese alguma será aceito preço global acima do limite definido de cada lote, sendo desclassificadas as propostas que incidirem nesta inconformidade.

9.1.2 Conforme art. 59, § 4º, da lei 14133/2021 serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

9.2 Do preço unitário

9.2.1 Serão considerados aceitáveis os serviços cujos preços unitários estejam no máximo igual aos custos unitários previstos pela Administração, desde que o somatório dos preços dos serviços não ultrapasse o limite previsto de cada lote.

9.2.2 Em condições excepcionais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado, aprovado pela autoridade competente, poderão os custos unitários, propostos pelos licitantes, ultrapassar os respectivos custos previstos na planilha orçamentária base.

9.2.3 Não sendo aceitas as justificativas, somente ocorrerá a desclassificação do licitante caso este não concorde em alterar os itens que apresentem custo unitário superior para o valor unitário estimado pela Administração, no prazo fixado pela Comissão de Contratação, vedada a alteração do valor global da proposta de cada lote.

10. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1 A contratação deverá dar-se por meio de processo de **Pregão Eletrônico**, na forma eletrônica, com critério de julgamento de **menor preço**, aplicando em todos os seus termos a Lei nº 14.133/2021, dentre outras normas regulamentares vigentes.

11. REGIME DE EXECUÇÃO

11.1 Cada lote será por empreitada por preço global.



12. FORMA E PRAZOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO

12.1 A CONTRATADA assumirá total responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar de acordo com o Caderno de Especificações Técnicas e demais documentos técnicos fornecidos, bem como pelos danos decorrentes da realização de ditos trabalhos.

12.2 Dentro do prazo de execução será obrigatória a execução de todos os serviços e quantitativos constantes da planilha orçamentária.

12.3 O prazo para execução dos serviços será de **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da assinatura do contrato.

12.4 Os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de **05 (cinco) dias corridos**, contados do dia subsequente ao recebimento da ordem de serviços, acompanhada da nota de empenho.

12.5 A Contratada compromete-se a concluir todas as obras e serviços dentro do prazo estipulado, entregando-os completamente finalizados ao término desse período.

12.6 O prazo de vigência do contrato será de **120 (cento e vinte) dias corridos**, contados a partir da sua assinatura, com eficácia a partir da publicação na Imprensa Oficial.

12.7 DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO

12.7.1 Como condição para o recebimento provisório da obra, a CONTRATADA deverá fornecer à FISCALIZAÇÃO, dentro do prazo contratual, a seguinte documentação que deverá compor a comunicação de conclusão da obra:

12.7.1.1 Comunicação formal em papel timbrado da CONTRATADA, informando a conclusão de todos os serviços contratados;

12.7.2 A Fiscalização poderá solicitar outros documentos em conformidade com as posturas municipais, regulamentos dos órgãos concessionários de serviços públicos do local e características intrínsecas das obras e serviços.

12.7.3 A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços e obras executadas, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e identificar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais necessários.



12.7.4 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados. A Fiscalização não atestará a última medição de serviços até que todas as eventuais pendências sejam sanadas, para fins de lavratura do Termo de Recebimento Provisório.

12.7.5 Após tal inspeção e verificada a conclusão da obra/serviço sem pendências, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela Fiscalização.

12.8 DO RECEBIMENTO DEFINITIVO

12.8.1 O Termo de Recebimento Definitivo da obra será lavrado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, em até 15 (quinze) dias após o Recebimento Provisório, desde que não haja nenhuma pendência apontada pela Fiscalização referentes a defeitos e imperfeições ou exigências contratuais.

12.8.2 A contratada deve manter as obras e serviços em perfeitas condições de conservação e funcionamento, sob a sua responsabilidade, até ser lavrado o termo de recebimento definitivo.

12.9 Conforme previsto nos § 2º e § 6º do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, o recebimento provisório ou definitivo não exime o contratado da responsabilidade pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato. Assim, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

13. LEGISLAÇÃO, NORMAS E REGULAMENTOS

13.1 A Contratada será responsável por observar todas as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste Projeto Básico.

13.2 A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente, além das especificações constantes deste Projeto Básico, ao disposto nos seguintes documentos:



13.2.1 Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

13.2.2 Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais.

13.2.3 Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências.

13.2.4 Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);

13.2.5 Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;

13.2.6 Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

14. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

14.1 Registro e Responsáveis Técnicos

14.1.1 A licitante deverá apresentar certidão de registro e quitação junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou ao Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU), comprovando atividade relacionada ao objeto da licitação. A licitante deve dispor do nome do profissional autorizado a atuar como responsável técnico pelos serviços a serem executados, conforme estabelecido no artigo 4º, parágrafo único, da Resolução 425/98 do CONFEA. (Certidões dentro do prazo de validade).

14.1.1.1 Apresentar acervo técnico do responsável técnico (engenheiro ou arquiteto) da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

14.1.2 A Licitante deverá apresentar comprovação do vínculo contratual ou empregatício do profissional que atuará como responsável técnico, mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

- Contrato social (em caso de sócio da empresa);
- Carteira profissional com registro (em caso de empregado);



- Contrato de prestação de serviços devidamente registrado.

14.2 Comprovação de Capacidade Técnica

14.2.1 A licitante deverá apresentar comprovante de Atestado Técnico devidamente registrado junto ao Conselho de Classe do profissional indicado como responsável técnico, juntamente com o Acervo Técnico deste profissional.

- a) A licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços compatíveis com os serviços indicados na planilha base, detalhando as atividades realizadas, os prazos de execução e a qualidade dos serviços prestados, bem como dispor dos seguintes itens similares em complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto da presente licitação:

- Execução de serviço de engenharia de reforço de rede de baixa tensão para atendimento ao padrão de energia elétrica trifásica 3x200A.

14.2.2 Além da apresentação do atestado anteriormente exigido, a empreiteira deverá possuir habilitação/cadastro ativo junto à COPEL, compatível com a execução do objeto desta contratação, em conformidade com as exigências constantes na memória de cálculo de participação financeira emitida pela concessionária.

14.3 Equipe Técnica

14.3.1 Relação nominal dos profissionais que compõem a equipe técnica, com suas qualificações e registros nos conselhos profissionais competentes.

14.3.2 No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 67º, §6º da Lei nº 14.133/2021, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja notificada à Administração.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:



15.1.1 Indicar preposto para representá-la durante a execução do Contrato.

15.1.2 Efetuar a prestação do serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, por meio de profissionais habilitados.

15.1.3 Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.1.4 Manter um arquivo completo e atualizado de toda a documentação pertinente aos trabalhos, incluindo o contrato, Caderno de Encargos, orçamentos, caderneta de ocorrências, correspondência, relatórios diários, certificados de ensaios e testes de materiais e serviços, protótipos e catálogos de materiais e equipamentos aplicados nos serviços e obras.

15.1.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os Artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

15.1.6 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste projeto, o objeto com avarias ou defeitos.

15.1.7 Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

15.1.8 Ser responsável por todas as despesas inerentes à prestação do serviço contratado, inclusive as decorrentes de eventuais acidentes de trabalho ou danos de qualquer espécie, bem como encargos sociais e quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com o fornecimento do objeto contratual.

15.1.9 Ser responsável pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato/registro, sendo que a fiscalização ou o acompanhamento por parte da Autarquia Municipal de Educação não excluem ou reduzem essa responsabilidade.

15.1.10 Arcar com as despesas decorrentes da não observância das condições constantes em instrumento licitatório, bem como de infrações praticadas por seus funcionários, ainda que no recinto da Autarquia.

15.1.11 A inadimplência da licitante vencedora com referência aos encargos sociais não transfere à Autarquia a responsabilidade por seu pagamento.

15.1.12 Em nenhuma hipótese poderá a licitante vencedora veicular publicidade acerca



do objeto a que se refere o Contrato sem a autorização expressa da Autarquia.

15.1.13 Fornecer o objeto nas dependências indicadas pelo Gestor do Contrato, efetivando controle de fiscalização através de relatório.

15.1.14 Obedecer a todas as recomendações, com relação à segurança do trabalho, contidas na NR-18, aprovada pela Portaria 3.214, de 08.06.78, do Ministério do Trabalho, publicada no DOU de 6.7.78 (suplemento), inclusive e principalmente no que diz respeito a fardamento, identificação, EPI's e EPC's.

15.1.15 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1 Permitir a visita prévia dos técnicos e/ou engenheiros da empresa a ser contratada ao local de execução da obra, dando acesso total à sua área interna e externa.

16.2 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelos profissionais da Contratada.

16.3 Expedir a ordem de serviço.

16.4 Fiscalizar o cumprimento exato das condições estabelecidas no contrato a ser formalizado.

16.5 Notificar, por escrito, a Contratada sobre quaisquer imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.

16.6 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com o objeto licitado, emitindo o respectivo Termo de Rejeição.

16.7 Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a substituição, a alteração e/ou refazimento dos serviços não aprovados pela Fiscalização.

16.8 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por um ou mais representantes especialmente designados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

16.9 Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas estabelecidas neste Projeto Básico, no Edital e seus anexos.



16.10 Efetuar o pagamento do objeto deste Projeto Básico nas condições estabelecidas neste instrumento, após a conferência realizada pelo Fiscal do Contrato em conformidade com a legislação pertinente.

16.11 Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com o andamento da execução do objeto, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

17. QUANTO AOS ASPECTOS AMBIENTAIS

17.1 A licitante deverá realizar o descarte dos resíduos produzidos, seguindo as diretrizes de responsabilidade socioambiental da Secretaria do Meio Ambiente. Além disso, deverá observar, no que couber, as normas e diretrizes de sustentabilidade ambiental estabelecidas na Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, publicado pela Advocacia-Geral da União.

18. DOS PROCEDIMENTOS E DOCUMENTAÇÃO DAS MEDIÇÕES DE SERVIÇOS EXECUTADOS

18.1 Comprovar o início dos serviços no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos após o recebimento da ordem de serviço.

18.2 Verificada a necessidade de execução de serviços que não constem na planilha orçamentária deverão ser solicitados por escrito e só iniciados após autorização escrita da Fiscalização. Caso contrário, será pago somente os itens e quantidades que constem na planilha de orçamento.

18.3 A empresa deverá manter cópias da ART e dos Projetos permanentemente no canteiro de obras, em bom estado de conservação e de fácil acesso à Fiscalização.

18.4 Em até 30 dias após a assinatura do contratado a empresa deverá emitir a ART de execução do serviço.

18.5 Documentos para a medição

18.5.1 Até a primeira medição deverão ser entregues:

- Relatório Fotográfico com fotos datadas e legendadas, compreendendo



todos os itens mencionados na presente medição;

- Relação atualizada dos funcionários que estão prestando serviços para a Autarquia, contendo nome completo e nº da CTPS, apresentando também os exames admissionais de novos funcionários ou demissionais;
- Cópia do cartão ponto dos funcionários registrados;
- Certidão negativa de débitos de tributos federais e dívida ativa da União;
- Certidão negativa de débitos de tributos estaduais;
- Certidão negativa de débitos de tributos municipais;
- Certidão de regularidade do FGTS;
- Certidão negativa de débitos trabalhistas;
- Cópia dos contracheques/holerites dos empregados registrados relativos ao mês anterior da prestação dos serviços contratados;
- Comprovantes de entrega dos benefícios suplementares/EPI a que estiver obrigada por força de Lei ou de acordo com a convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos ao mês anterior da prestação dos serviços contratados, de todos os empregados que prestam o serviço para a Administração.
- Todo o serviço contratado sem pendência com a fiscalização.

19. CRITÉRIOS DE MEDIÇÕES E PAGAMENTO

19.1 De acordo com o § 5º do art. 92 da Lei nº 14133/2021, nos contratos de obras e serviços de engenharia, sempre que compatível com o regime de execução, a **medição será única**, por se tratar de um serviço único.

19.2 Os pagamentos serão efetuados com base nas medições dos serviços executados, de acordo com os preços unitários dos serviços fixados pelo processo licitatório específico, cumpridas as exigências descritas neste projeto.

19.3 Uma vez conferidos e aprovados os serviços pela fiscalização do contrato, a Contratada apresentará nota fiscal/fatura de serviços para liquidação e pagamento da



despesa.

19.4 A Contratante reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços executados, os equipamentos ou os materiais fornecidos não estiverem em perfeitas condições de funcionamento ou de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

19.4.1 Os serviços executados serão recebidos provisoriamente de forma imediata pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização contratual, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste projeto básico e na proposta.

19.4.2 Os serviços executados poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste projeto básico e na proposta, devendo ser corrigidos no prazo de **10 (dez) dias**, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

19.5 A Contratante poderá deduzir da importância a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada nos termos deste contrato.

19.6 Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento financeiro da obra.

19.7 O pagamento somente será efetuada após o recebimento definitivo e completo da obra, atestada pela Fiscalização, acompanhada do boletim de medição comprovando a conclusão da obra e cumprida as exigências descritas neste projeto.

19.8 Liquidação

19.8.1 O pagamento à Contratada será efetuado em até **30 (trinta) dias**, após o recebimento da nota fiscal/fatura atestada pela Fiscalização.

19.8.2 Para efeitos de liquidação caberá ao Fiscal Administrativo e ao Gestor do Contrato, mensalmente, solicitar das empresas a documentação listada no item 18.

19.8.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;



- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar;
- número do empenho; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

19.8.4 A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com Decreto Municipal nº 608/2023, o qual está em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012 e alterações posteriores;

19.8.5 A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no citado decreto;

19.8.6 Caso o fornecedor seja imune, isento e/ou possua dispensa através de amparo legal, o mesmo deverá indicar no campo observação da nota fiscal. Na ausência de informação, o Departamento de Contabilidade, juntamente com a Secretaria da Fazenda, procederá a retenção do imposto conforme as alíquotas contidas no Anexo I da citada Instrução Normativa.

19.8.7 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

19.8.8 O pagamento será precedido de consulta aos sistemas que geram as Certidões Negativas, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação.

19.8.9 Na hipótese de irregularidade na habilitação, a Contratada deverá regularizar a sua situação no prazo de até 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação das sanções contratuais e rescisão do contrato.

19.8.10 O pagamento efetuado pela Contratante não isenta a Contratada de suas obrigações e responsabilidades.

19.8.11 É vedado à Contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

19.8.12 Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Município, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão



calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = n° de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

19.9 Forma de pagamento

19.9.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

19.9.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.9.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.9.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n° 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

20. SANÇÕES

20.1 De acordo com o art. 289 do Decreto Municipal 936/2023, os contratados que descumprirem total ou parcialmente as normas administrativas ficarão sujeitos às penalidades descritas no artigo 156°, da Lei Federal n° 14.133, de 2021, quais sejam:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;



IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.2 Na aplicação das penalidades devem ser consideradas as circunstâncias previstas no §1º do artigo 156º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, assim como no §2º do artigo 289 do Decreto Municipal 936/2023.

21. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

21.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

21.2 As comunicações entre a Contratante e a Contratada, além de presencial, devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

21.3 A Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

21.4 Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

21.5 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

21.6 Fiscalização

21.6.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).



21.6.2 A fiscalização contratual seguirá o contido no Decreto Municipal nº 936/2023.

21.6.3 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

21.6.4 São indicados para fiscalização:

Fiscal Administrativo: Servidor **Evandro Matheus Vacheski de Souza Priori**, Cargo: Desenhista, CPF: 099.*****-90.

Fiscal Técnico: Servidora Luiz Felipe Bortotti, Cargo: Engenheiro Civil - CREA: 185.843/D, CPF: 100.*****-89.

Gestora: Servidora Miriam Elena Favaretto Corbacho, Cargo: Superintendente de Engenharia e Obras - AME, portadora do CPF: 591.*****-87.

22. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

22.1 Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

23. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento, conforme informações repassadas pela Superintendência de Planejamento.

24. DAS CLÁUSULAS ANTI-FRAUDE E ANTI-CORRUPÇÃO

24.1 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

A) “Prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

B) “Prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

C) “Prática colusivas”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos



do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

D) “Prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

E) “Prática obstrutiva”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes da unidade gestora, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista na cláusula **dos contratos vinculados à mesma**, atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito da unidade gestora promover inspeção.

24.2 Qualquer usuário ou cidadão poderá, a qualquer tempo, denunciar irregularidades no faturamento ou na prestação dos serviços ora contratados.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1 Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos serviços descritos neste Projeto Básico, devendo os custos respectivos estar incluídos nos preços unitários constantes da proposta da Contratada.

25.2 Após a celebração do Contrato, não será levada em conta nenhuma reclamação ou solicitação, a qualquer título, de alteração dos preços constantes da proposta da Contratada.

25.3 As normas de segurança, constantes deste Projeto Básico não desobriga a Contratada do cumprimento de outras disposições legais, federais ou estaduais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações, ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de material inaceitável na execução dos serviços.

25.4 A Contratada deverá providenciar pessoal habilitado para a execução dos serviços previstos neste Projeto Básico, de acordo com as recomendações das Especificações Técnicas.



25.5 Nenhuma modificação poderá ser feita nas especificações dos serviços sem autorização expressa da Fiscalização.

25.6 A presença da fiscalização da Autarquia não elide nem diminui a responsabilidade da empresa Contratada.

25.7 Se julgar necessário, a Fiscalização poderá solicitar à Contratada a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem do material ou de certificados de ensaios pertinentes, comprovando a qualidade do material empregado nas instalações. Os ensaios e as verificações serão providenciados pela Contratada e executados por laboratórios aprovados pela Fiscalização.

25.8 A paralisação das obras por um período igual ou superior a quinze dias consecutivos, sem a prévia comunicação e aprovação da Fiscalização, caracterizara o abandono da obra e ensejara à Contratada, penalidade que, a critério, da Contratante, poderá ser inclusive o cancelamento do contrato, sem prejuízo de outras sanções previstas na lei.

25.9 Estarão à disposição das licitantes, no Portal da Transparência, o projeto referente ao objeto, para consulta e avaliação do grau de complexidade dos serviços.

26. DOS ANEXOS

26.1 São partes integrantes deste Projeto Básico os seguintes anexos:

26.1.1 Cotações das empresas;

26.1.2 Memorial Descritivo.

Município de Apucarana, 26 de maio de 2026.

Luiz Felipe Bortotti

Fiscal Técnico
Engenheiro Civil CREA PR 185.843/D

Evandro Matheus Vacheski de Souza

Priori
Fiscal Administrativo
Desenhista - AME

Miriam Elena Favaretto Corbacho

Gestora
Superintendente de Engenharia e Obras – AME



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. INTRODUÇÃO

O princípio do planejamento é um dos pilares da Lei Federal nº 14.133/2021 e ao Decreto Municipal nº 936/2023, o qual regulamenta a citada Legislação Federal e tem como objetivo assegurar que as licitações e os contratos públicos sejam conduzidos de forma mais eficiente e transparente.

Para tanto, a Lei estabelece uma série de regras e procedimentos que devem ser observados na fase de planejamento da contratação pública, dentre elas a obrigatoriedade da elaboração de estudos técnicos preliminares para todas as contratações públicas, destacando-se assim a importância do princípio do planejamento.

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. OBJETO

2.1 Contratação de empresa especializada em Serviço de engenharia, visando o reforço de rede de baixa tensão para atender o padrão de energia 3x200A de 14 instituições escolares do Município de Apucarana, conforme condições, projetos, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

2.1.1 Localização do Serviço

O objeto em questão refere-se as seguintes instituições:

1. Lote 1: CMEI Ana Luizão Festi, situa-se à Rua Augusto Ferreira Chagas, 847, Distrito de Pirapó, Lote: P.M.A A, Quadra: 35, CEP: 86.818-000, Apucarana/PR, Latitude: 23°33'33,2"S e Longitude: 51°32'23,9"W.
2. Lote 2: CMEI Irmã Dulce, situa-se à Rua José Cardoso Sobrinho, 364, Parque Biguaçu, Lote: 03, Lote: 1 –A, 02, 03, 04, CEP: 86.808-280, Apucarana/PR, Latitude: 23°33'21,3"S e Longitude: 51°27'15,5"W.



3. Lote 3: CMEI Izabel Holak, situa-se à Rua São Leopoldo, 101, LoteamentoDjalma Mendes de Oliveira, Lote: 1 / E, Quadra: 16, CEP: 86.806-170, Apucarana/PR, Latitude: 23°31'36,5"S e Longitude: 51°26'07,0"W.
4. Lote 4: CMEI Jandira Scarpelini, Rua Fernando Pereira, nº373, Lote A - H – 1 / 2 - C, Jd. Ponta Grossa, CEP 86.805-180, Apucarana/PR, Latitude 23°32'28.9"S, Longitude: 51°26'18.2"W.
5. Lote 5: CMEI José Ignácio Neto, situa-se à Rua Ebenezer, 2, LoteamentoRecantodo lago, Lote: Área institucional 1 / 2, CEP: 86.813-250, Apucarana/PR, Latitude: 23°34'04,7"S e Longitude: 51°25'34,5"W.
6. Lote 6: CMEI LuisAnibalMatiuzzi, situa-se à RuaConselheiro Zacarias Góisde Vasconcelos, 67, Núcleo Hab. Parigot de Souza, Lote: Área Verde I, CEP: 86.802-690, Apucarana/PR, Latitude: 23°34'30,6"S e Longitude: 51°27'23,4"W.
7. Lote 7: CMEI Miguel Moreno, situa-se à RuaNossa Senhora do Bom Conselho, 18, Vila Reis, Lote: 17, 18 e Quadra: 04, CEP: 86.819-000, Apucarana/PR, Latitude: 23°36'38,9"S e Longitude: 51°24'12,7"W.
8. Lote 8: EM Augusto Weyand, situa-se à RuaMarcílio Dias, 889, Jardim Tibagi, Lote: 1/3 – A / B CEP: 86.813.250, Apucarana/PR, Latitude: 23°33'36,8"S e Longitude: 51°25'36,0"W.
9. Lote 9: EM Humberto de Alencar Castelo Branco, situa-se à RuaCarmem Miranda, 114, N.H. Castelo Branco, Lote: 3 – A / 1, CEP: 86.812.330, Apucarana/PR, Latitude: 23°33'13,1"S e Longitude: 51°25'34,0"W.
10. Lote 10: EM Joaquim Vicente de Castro, situa-se à RuaQuintinoBocaiúva, 738, Vila Santana Rosa, Lote: 01 a 12 e Quadra: 03, CEP: 86.811.000, Apucarana/PR, Latitude: 23°33'27,3"S e Longitude: 51°26'40,6"W.
11. Lote 11: EM Luiz Carlos Prestes, situa-se à Rua Jardim América, 632, Ruada Independência, Lote: 25 – A / A, CEP : 86.807.030, Apucarana/PR, Latitude: 23°32'40,8"S e Longitude: 51°26'22,7"W.
12. Lote 12: EM Professora Marta Pereira da Silva, situa-se à RuaSanta Cândida, 89, Jardim Menegazzo, Lote: 9 – A – REM - 1, CEP: 86.800-005, Apucarana/PR, Latitude: 23°33'51,9"S e Longitude: 51°28'42,4"W
13. Lote 13: EM Dr. Osvaldo dos Santos Lima, situa-se à RuaEmíliode Menezes, 500, Jardim Alvorada, Lote 124/3 – A e 1 ao 8, SUBD. Lote 124 – ColonizaçãoFaz. Gauc. GlebaTrês Bocas, CEP: 86.807-360, Apucarana/PR, Latitude: 23°32'14,2"S e Longitude: 51°26'36,1"W.



14. Lote 14: EM Papa João XXIII, situa-se à Rua Natividade, 646, Vila Regina, Lote 134 – A, 134 – C, Gleba Patrimônio Apucarana, CEP: 86.801-450, Apucarana/PR, Latitude: 23°32'53,1"S e Longitude: 51°28'25,3"W.

2.1.2 Natureza e Finalidade da Obra ou Serviço de Engenharia

A presente contratação possui natureza técnica e executiva de engenharia elétrica, voltada à instalação do padrão de entrada de energia 3x200A e à realização de adequações complementares nas redes elétricas existentes das instituições de ensino municipais.

O objeto visa garantir a ampliação e a segurança da capacidade de fornecimento de energia elétrica, assegurando a conformidade das instalações com as normas da concessionária e da ABNT, especialmente diante do aumento da carga elétrica decorrente da modernização dos ambientes escolares.

Trata-se portanto de serviços comuns de engenharia, nos termos do disposto no inciso XXI, alínea a, do artigo 6º, da Lei Federal nº 14.133/21, assim como no Decreto Municipal nº 936/2023. Considera-se como serviço comum de engenharia “todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens”, sem alterar substancialmente as características físicas ou de área construída do imóvel como um todo.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1 A contratação é necessária para atender ao padrão de energia elétrica trifásica 3x200A das instituições escolares, considerando que a rede de baixa tensão existente demanda reforço de infraestrutura, uma vez que a carga elétrica necessária ao pleno funcionamento das unidades supera a capacidade técnica atualmente disponível na região.

3.2 O investimento proposto configura ação estratégica da Administração Pública voltada à modernização e à ampliação da capacidade do sistema elétrico das unidades escolares, assegurando maior confiabilidade no fornecimento de energia, prevenção de sobrecargas e falhas elétricas, além da melhoria das condições de funcionamento dos equipamentos e ambientes educacionais, em observância ao princípio da eficiência e ao interesse público.



4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

4.1 Embora a presente demanda não tenha sido originalmente contemplada no Plano de Contratações Anual (PCA), sua inclusão tornou-se necessária diante de circunstância superveniente, qual seja, dar continuidade à uma ação governamental estratégica, voltada à expansão e consolidação da rede municipal de educação infantil e Ensino Fundamental. Assim, ainda que ausente do PCA inicialmente aprovado, a contratação observa integralmente os objetivos estratégicos da administração municipal e os princípios da eficiência e do planejamento, nos termos do art. 11, §3º da Lei nº 14.133/2021.

4.2 Destaca-se, por fim, que a contratação será precedida da devida solicitação de inclusão no PCA vigente, em conformidade com a legislação aplicável.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Atender a todos os requisitos de regularidade jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2 A Contratada será responsável por observar todas as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste Estudo, Projeto Básico e seus anexos.

5.3 Deverão atender aos requisitos presentes no Projeto Básico, nos itens que lhe forem competentes, tendo como obrigações principais seguir todas as exigências em especificação.

5.4 Requisitos técnicos da contratação

5.4.1 Registro e Responsáveis Técnicos

- a)** A licitante deverá apresentar certidão de registro e quitação junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou ao Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU), comprovando atividade relacionada ao objeto da licitação. A licitante deve dispor do nome do profissional autorizado a atuar como responsável técnico pelos serviços a serem executados, conforme estabelecido no artigo 4º, parágrafo único, da Resolução 425/98 do CONFEA. (Certidões dentro do prazo de validade).
- b)** A Licitante deverá apresentar comprovação do vínculo contratual ou empregatício do profissional que atuará como responsável técnico, mediante



a apresentação de um dos seguintes documentos:

- Contrato social (em caso de sócio da empresa);
- Carteira profissional com registro (em caso de empregado);
- Contrato de prestação de serviços devidamente registrado.

5.4.2 Comprovação de Capacidade Técnica

- b) A licitante deverá apresentar comprovante de Atestado Técnico devidamente registrado junto ao Conselho de Classe do profissional indicado como responsável técnico, juntamente com o Acervo Técnico deste profissional.
- c) A licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços compatíveis com os serviços indicados na planilha base, detalhando as atividades realizadas, os prazos de execução e a qualidade dos serviços prestados, bem como dispor dos seguintes itens similares em complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto da presente licitação:

- Execução de serviço de engenharia de reforço de rede de baixa tensão para atendimento ao padrão de energia elétrica trifásica 3x200A.

*Além da apresentação do atestado anteriormente exigido, a empreiteira deverá possuir habilitação/cadastro ativo junto à COPEL, compatível com a execução do objeto desta contratação, em conformidade com as exigências constantes na memória de cálculo de participação financeira emitida pela concessionária.

5.4.3 Equipe Técnica

- Relação nominal dos profissionais que compõem a equipe técnica, com suas qualificações e registros nos conselhos profissionais competentes.

Obs.: No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 67º, §6º da Lei nº 14.133/2021, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja notificada à Administração.

5.5 Requisitos de sustentabilidade



5.5.1 Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável.

5.5.2 A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação.

5.6 Requisitos normativos que disciplinam os serviços a serem contratados

5.6.1 Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

5.6.2 Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;

5.6.3 Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;

5.6.4 Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, que regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);

5.6.5 Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;

5.6.6 Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.



6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

6.1 As quantidades de materiais e serviços foram estimados com base nos levantamentos técnicos realizados nas unidades escolares contempladas, bem como nos orçamentos obtidos junto a empresas especializadas e habilitadas para a execução do objeto, observando-se as especificações técnicas necessárias para suprir a demanda do padrão de entrada de energia elétrica trifásico 3x200A.

6.2 A definição dos quantitativos considerou as necessidades identificadas em cada unidade escolar, incluindo materiais, equipamentos, mão de obra e demais itens indispensáveis à execução completa dos serviços, de forma a garantir a compatibilidade da infraestrutura elétrica com a demanda energética existente.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

7.1 Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais foi constatado que, perante o tipo de objeto, as aquisições ocorrem de forma semelhante em outros órgãos da Administração Pública.

Houve contratações correlatas em outras entidades, tendo sido realizada as pesquisas no Portal de Informação para Todos (PIT) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme informações abaixo:

Município	Entidade	Licitação	Modalidade	Data Edital	Abertura	Valor (R\$)	Objeto	Item	Situação
SÃO PEDRO DO PARANÁ	MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ	5/2026	Concorrência	10/02/2026	04/03/2026	192.868,57	CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA REALIZAR O SERVIÇO DE EXTENSÃO DE REDE DE ALTA E BAIXA TENSÃO, INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E INSTALAÇÃO DE MEDIÇÃO AGRUPADA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES NA RUA PRAIA GRANDE DO DISTRITO DE PORTO SÃO JOSÉ. <<	CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA REALIZAR O SERVIÇO DE EXTENSÃO DE REDE DE ALTA E BAIXA TENSÃO, INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E INSTALAÇÃO DE MEDIÇÃO AGRUPADA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES NA RUA PR	Homologada - (09/03/2026) 🔍
CORONEL DOMINGOS SOARES	MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES	21/2025	Processo Dispense	08/10/2025	08/10/2025	17.323,48	Contratação de empresa para Ampliação de rede de baixa tensão (material e mão de obra) para atender Escola rural na Comunidade 27 de outubro - Chico André (Escola Municipal)	Contratação de empresa para prestação de serviço na área de engenharia para execução de serviços de ampliação de rede de baixa tensão com extensão de aproximadamente 75,70 metros, conforme projeto.	Homologada - (08/10/2025) 🔍
PARAÍSO DO NORTE	MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE	4/2026	Concorrência	17/03/2026	28/04/2026	183.428,93	Execução de extensão de rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão, com fornecimento de materiais, destinada à implantação de sistema de iluminação pública, visando o fornecimento de energia elétrica para iluminação da marginal direita de Rodovia PR-492, no km 29, no Município de Paraíso do Norte - PR. <<	EXECUÇÃO DE EXTENSÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM ALTA E BAIXA TENSÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, DESTINADA À IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, VISANDO O... <<	Andamento - (17/03/2026) 🔍
SANTA MARIANA	MUNICÍPIO DE SANTA MARIANA	1/2025	Concorrência	04/04/2025	24/04/2025	1.602.440,00	Contratação de empresa especializada em Serviços de Engenharia Elétrica, com cadastro junto à COPEL, para futura e eventual prestação de serviços com fornecimento de materiais, equipamentos e elaboração de projetos executivos, com o objetivo de ampliar e manter a rede de média e baixa tensão, iluminação pública em espaços públicos e demais serviços com base nas unidades de serviço (US) determinadas nos manuais de instruções técnicas (MIT) da COPEL. <<	Prestação de serviços com fornecimento de materiais para melhorias e modernização na rede de iluminação pública e ornamental, execução de serviços de engenharia compreendendo o levantamento topográfico.	Homologada - (06/05/2025) 🔍

8. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

8.1 Os preços foram coletados de acordo com o disposto no Artigo 23, §2º da Lei nº 14.133/2021 e no Artigo 76 do Decreto Municipal nº 936/2023.

8.2 O preço máximo de cada instituição será de:



O preço máximo global dos serviços será conforme cada lote, sendo eles:

27. Lote 1: CMEI Ana Luizão Festi, valor máximo de R\$ 15.956,66 (quinze mil, novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e seis centavos).
28. Lote 2: CMEI Irmã Dulce, valor máximo de R\$ 10.660,17 (dez mil, seiscentos e sessenta reais e dezessete centavos).
29. Lote 3: CMEI Izabel Holak, valor máximo de R\$ 3.565,34 (três mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e quatro centavos).
30. Lote 4: CMEI Jandira Scarpelini, valor máximo de R\$ 12.476,02 (doze mil, quatrocentos e setenta e seis reais e dois centavos).
31. Lote 5: CMEI José Ignácio Neto, valor máximo de R\$ 7.188,64 (sete mil, cento e oitenta e oito reais e sessenta e quatro centavos).
32. Lote 6: CMEI Luis Anibal Matiuuzzi, valor máximo de R\$ 6.050,30 (seis mil, cinquenta reais e trinta centavos).
33. Lote 7: CMEI Miguel Moreno, valor máximo de R\$ 6.305,59 (seis mil, trezentos e cinco reais e cinquenta e nove centavos).
34. Lote 8: EM Augusto Weyand, valor máximo de R\$ 14.115,93 (quatorze mil, cento e quinze reais e noventa e três centavos).
35. Lote 9: EM Humberto de Alencar Castelo Branco, valor máximo de R\$ 8.512,55 (oito mil, quinhentos e doze reais e cinquenta e cinco centavos).
36. Lote 10: EM Joaquim Vicente de Castro, valor máximo de R\$ 17.024,96 (dezessete mil, vinte e quatro reais e noventa e seis centavos).
37. Lote 11: EM Luis Carlos Prestes, valor máximo de R\$ 1.362,27 (mil, trezentos e sessenta e dois reais e vinte e sete centavos).
38. Lote 12: EM Marta Pereira, valor máximo de R\$ 5.236,43 (cinco mil, duzentos e trinta e seis reais e quarenta e três centavos).
39. Lote 13: EM Dr. Oswaldo Santos Lima, valor máximo de R\$ 8.589,84 (oito mil, quinhentos e oitenta e nove reais e oitenta e quatro centavos).
40. Lote 14: EM Papa João XXIII, valor máximo de R\$ 1.051,98 (mil e cinquenta e um reais e noventa e oito centavos).

Totalizando um valor global de R\$ 118.096,68 (cento e dezoito mil, noventa e seis reais e sessenta e oito centavos).



8.3 Os valores apresentados acima foram elaborados com base nos orçamentos e memórias de cálculo fornecidos pela Copel, referentes às obras de reforço/ampliação de rede elétrica necessárias para atendimento das unidades escolares municipais.

8.4 Para cada lote, considerou-se inicialmente o valor total da obra indicado pela Copel, correspondente ao custo integral necessário para execução das adequações elétricas.

8.5 Conforme critérios técnicos e regulatórios aplicáveis, a Copel participa financeiramente de parte das obras, mediante cálculo específico de participação financeira, constante nas memórias de cálculo anexadas ao processo.

8.6 Assim, o valor remanescente não coberto pela participação financeira da **Copel** constitui a contrapartida de responsabilidade desta Autarquia para viabilização da execução dos serviços.

8.7 Com o objetivo de aferir a razoabilidade dos valores e estimar o custo final a ser suportado pela Autarquia, foram realizados orçamentos junto a empresa do ramo (**EletroAst – Instalações e Manutenção Elétrica Ltda e Stel Sistemas Elétricos LTDA**), cujos valores encontram-se demonstrados comparativamente na tabela abaixo:

LOTES	INSTITUIÇÕES	R\$ CUSTO TOTAL DA COPEL	R\$ DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DA COPEL, conforme anexo	R\$ DE RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO			CUSTO ESTIMADO DA ADMINISTRAÇÃO
				COPEL	ELETRO AST	STEL	
Lote 1	CMEI Ana Luizão Festi	R\$ 48.433,28	R\$ 34.986,15	R\$ 13.447,13	R\$ 21.209,00	R\$ 13.213,85	R\$ 15.956,66
Lote 2	CMEI Irmã Dulce	R\$ 63.769,57	R\$ 53.953,52	R\$ 9.816,05	R\$ 12.618,00	R\$ 9.546,48	R\$ 10.660,17
Lote 3	CMEI Izabel Holak	R\$ 33.054,92	R\$ 29.855,94	R\$ 3.198,98	R\$ 4.553,00	R\$ 2.944,06	R\$ 3.565,34
Lote 4	CMEI Jandira Scarpellini	R\$ 49.563,70	R\$ 39.982,82	R\$ 9.580,88	R\$ 18.530,00	R\$ 9.317,18	R\$ 12.476,02
Lote 5	CMEI José Ignácio Neto	R\$ 38.747,81	R\$ 32.664,44	R\$ 6.083,37	R\$ 9.647,00	R\$ 5.835,56	R\$ 7.188,64
Lote 6	CMEI Luis Anibal Matiuizi	R\$ 34.905,10	R\$ 29.442,09	R\$ 5.463,01	R\$ 7.530,00	R\$ 5.157,91	R\$ 6.050,30
Lote 7	CMEI Miguel Moreno	R\$ 36.437,90	R\$ 29.473,56	R\$ 6.964,34	R\$ 5.226,00	R\$ 6.726,44	R\$ 6.305,59
Lote 8	EM Augusto Weyand	R\$ 25.038,51	R\$ 10.064,86	R\$ 14.973,65	R\$ 12.639,00	R\$ 14.735,14	R\$ 14.115,93
Lote 9	EM Humberto de Alencar Castelo Branco	R\$ 23.169,37	R\$ 13.548,85	R\$ 9.620,52	R\$ 6.566,00	R\$ 9.351,15	R\$ 8.512,55
Lote 10	EM Joaquim Vicente de Castro	R\$ 52.768,67	R\$ 39.581,39	R\$ 13.187,28	R\$ 24.969,00	R\$ 12.918,61	R\$ 17.024,96
Lote 11	EM Luiz Carlos Prestes	R\$ 44.623,21	R\$ 43.099,33	R\$ 1.523,88	R\$ -	R\$ 1.200,67	R\$ 1.362,27
Lote 12	EM Professora Marta Pereira da Silva	R\$ 35.171,55	R\$ 28.920,12	R\$ 6.251,43	R\$ 3.478,00	R\$ 5.979,88	R\$ 5.236,43
Lote 13	EM Dr. Osvaldo dos Santos Lima	R\$ 41.192,67	R\$ 33.870,57	R\$ 7.322,10	R\$ 11.518,00	R\$ 6.929,43	R\$ 8.589,84
Lote 14	EM Papa João XXIII	R\$ 30.370,79	R\$ 29.122,42	R\$ 1.248,37	R\$ 830,00	R\$ 1.077,58	R\$ 1.051,98
							R\$ 118.096,68

8.8 A coluna “custo estimado da administração” representa a média dos valores obtidos entre as empresas consultadas, sendo utilizada exclusivamente como parâmetro estimativo do montante que poderá ser arcado por esta Administração em cada lote.

8.9 Ressalta-se que os valores estimados foram elaborados considerando as particularidades técnicas específicas de cada unidade escolar contemplada, tendo em vista



que os serviços de reforço de rede elétrica de baixa tensão apresentam variações relevantes quanto às condições de instalações existentes, distâncias de rede, demanda de carga e demais características operacionais individualizadas de cada lote.

8.10 Para definição do custo estimado da contratação pela Administração, optou-se pela utilização da média aritmética dos valores coletados, considerando as particularidades técnicas dos serviços previstos em cada unidade escolar e a necessidade de obtenção de estimativa mais compatível com os valores efetivamente praticados no mercado. A adoção deste critério busca assegurar maior competitividade ao certame, bem como garantir a exequibilidade contratual, evitando distorções que possam resultar em preços inexequíveis ou incompatíveis com a complexidade dos serviços a serem executados. Dessa forma, a média aritmética mostrou-se o método mais adequado ao atendimento dos princípios da razoabilidade, economicidade e eficiência da contratação pública.

8.11 Assim, entende-se que os valores estimados atendem aos parâmetros de mercado e aos princípios da economicidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos, proporcionando equilíbrio entre a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração e a viabilidade da futura execução contratual.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

9.1 A solução apresentada para atender à necessidade identificada consiste na realização de um processo licitatório, em conformidade com o artigo 6º, inciso XLI, da Lei Federal nº 14.133/2021, observando os princípios da eficiência, economicidade e isonomia.

9.2 A contratação de empresa especializada em serviços de reforço de energia consiste na execução de serviços de engenharia destinados ao reforço da rede elétrica de baixa tensão, para atendimento ao padrão de energia trifásica 3x200A das instituições escolares do Município de Apucarana.

9.3 O serviço a ser adquirido é caracterizado como serviço comum, conforme o disposto no inciso XIII do artigo 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, por se tratar de itens amplamente disponíveis no mercado, com qualidade padronizada e especificações objetivas que podem ser claramente definidas no edital.



9.4 Dessa forma o processo licitatório será conduzido através da modalidade **Pregão Eletrônico**, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, garantindo economicidade e a transparência do processo.

9.5 A intervenção deverá manter o padrão de qualidade conforme normas técnicas vigentes, e apresentar a melhor prática executiva, com elementos que apresentem vantagens para a contratação e com a caracterização devidamente detalhada no Projeto Básico e no Estudo Técnico Preliminar.

9.6 Por fim, destaca-se que a solução ora proposta revela-se como a que melhor se adequa às necessidades específicas da Administração, constituindo-se como fundamento que motivou a elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar, em estrita observância aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1 Com a contratação dos serviços de engenharia para reforço da rede elétrica de baixa tensão, pretende-se garantir o atendimento adequado ao padrão de energia trifásica 3x200A nas unidades escolares contempladas, assegurando capacidade elétrica compatível com a demanda operacional existente.

10.2 Como resultados pretendidos, destacam-se:

10.2.1 Ampliação da capacidade de fornecimento de energia elétrica das unidades escolares;

10.2.2 Melhoria da confiabilidade e estabilidade do sistema elétrico;

10.2.3 Redução da infraestrutura elétrica às necessidades atuais de funcionamento das instituições;

10.2.4 Melhor desempenho e funcionamento dos equipamentos elétricos e eletrônicos utilizados nas unidades escolares;

10.2.5 Aumento da segurança das instalações elétricas;

10.2.6 Garantia de melhores condições para o desenvolvimento das atividades administrativas e pedagógicas.

10.3 A contratação deve ter resultados positivos, com a melhor prática de execução dos serviços de obras, de acordo com o Memorial Descritivo, mantendo-se o padrão de



qualidade, ou superior.

10.4 Esta contratação proporcionará benefícios diretos e indiretos, especialmente em termos de economia. A seleção será baseada no menor preço, conforme os requisitos previamente estabelecidos no edital da licitação, alinhando-se aos princípios de eficiência e sustentabilidade, o que contribui para a racionalização e otimização do uso dos recursos disponíveis.

11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

11.1 Considerando que o objeto da presente licitação pode ser fracionado sem que haja prejuízos a solução adotada, sugerimos o parcelamento em lotes separados por instituição, visando assim uma maior competitividade no certame.

12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

12.1 Por se tratar de um serviço pontual e de rápida execução, não se faz necessária a adoção de providências prévias à contratação.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

13.1 Não ocorrem contratações correlatas ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

14. IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1 A licitante deverá realizar o descarte dos resíduos produzidos, seguindo as diretrizes de responsabilidade socioambiental da Secretaria do Meio Ambiente. Além disso, deverá observar, no que couber, as normas e diretrizes de sustentabilidade ambiental estabelecidas na Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, publicado pela Advocacia-Geral da União.

15. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

15.1 Diante de todo o exposto, o presente Estudo Técnico está de acordo com as necessidades técnicas e operacionais do órgão, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade de todos os



elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

15.2 Sendo assim, a equipe de planejamento declara viável esta contratação para a prestação de serviços de engenharia, afim de atender as necessidades da Administração.

16. ANÁLISE DE RISCO

16.1 Os riscos que poderiam afetar a contratação estão mitigados pelos instrumentos do Mapa de Gerenciamento de Riscos.

Diante do exposto, encaminhem-se à Superintendência de Licitações.

Município de Apucarana, 26 de maio de 2026.

Evandro Matheus Vacheski de Souza

Priori

Responsável pela elaboração do ETP
Desenhista - AME

Miriam Elena Favaretto Corbacho

Superintendente de Engenharia
e Obras - AME

Ana Paula do Carmo Donato

Secretária de Desenvolvimento Humano
Ordenadora da Despesa

**Autorizo dar continuidade ao
processo, conforme determina o
Decreto Municipal nº 936/2023.**



ANEXO V

MEMORIAL DESCRITIVO – ESPECIFICAÇÕES

PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE APUCARANA

LOCAIS: EM 14 instituições, conforme o item 2.

1. OBJETO

As presentes especificações visam estabelecer os procedimentos básicos a serem seguidos pela CONTRATADA para a execução de **Serviço de engenharia, visando o reforço de rede de baixa tensão para atender o padrão de energia 3x200A de 14 instituições escolares do Município de Apucarana**

2. DADOS DA OBRA

- Localizações:

1. Lote 1: CMEI Ana Luizão Festi, situa-se à Rua Augusto Ferreira Chagas, 847, Distrito de Pirapó, Lote: P.M.A A, Quadra: 35, CEP: 86.818-000, Apucarana/PR, Latitude: 23°33'33,2"S e Longitude: 51°32'23,9"W.
2. Lote 2: CMEI Irmã Dulce, situa-se à Rua José Cardoso Sobrinho, 364, Parque Biguaçu, Lote: 03, Lote: 1 -A, 02, 03, 04, CEP: 86.808-280, Apucarana/PR, Latitude: 23°33'21,3"S e Longitude: 51°27'15,5"W.
3. Lote 3: CMEI Izabel Holak, situa-se à Rua São Leopoldo, 101, Loteamento Djalma Mendes de Oliveira, Lote: 1 / E, Quadra: 16, CEP: 86.806-170, Apucarana/PR, Latitude: 23°31'36,5"S e Longitude: 51°26'07,0"W.
4. Lote 4: CMEI Jandira Scarpelini, Rua Fernando Pereira, nº373, Lote A - H - 1 / 2 - C, Jd. Ponta Grossa, CEP 86.805-180, Apucarana/PR, Latitude 23°32'28.9"S, Longitude: 51°26'18.2"W.
5. Lote 5: CMEI José Ignácio Neto, situa-se à Rua Ebenezer, 2, Loteamento Recanto do Iago, Lote: Área institucional 1 / 2, CEP: 86.813-250, Apucarana/PR, Latitude: 23°34'04,7"S e Longitude: 51°25'34,5"W.
6. Lote 6: CMEI Luis Anibal Matiuizi, situa-se à Rua Conselheiro Zacarias Góis de Vasconcelos, 67,

Autarquia Municipal de Educação
Avenida Jaboti, 195
Vila Martins, Apucarana - PR
(43) 3308-1699 | www.apucarana.pr.gov.br/ame

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/06/2026 13:39:03.00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.lpm.com.br/p4b66cb0c1ae59>





AUTARQUIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



AUTARQUIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Núcleo Hab. Parigot de Souza, Lote: Área Verde I, CEP: 86.802-690, Apucarana/PR, Latitude: 23°34'30,6"S e Longitude: 51°27'23,4"W.

7. Lote 7: CMEI Miguel Moreno, situa-se à Rua Nossa Senhora do Bom Conselho, 18, Vila Reis, Lote: 17, 18 e Quadra: 04, CEP: 86.819-000, Apucarana/PR, Latitude: 23°36'38,9"S e Longitude: 51°24'12,7"W.

8. Lote 8: EM Augusto Weyand, situa-se à Rua Marcílio Dias, 889, Jardim Tibagi, Lote: 1/3 – A / B CEP: 86.813.250, Apucarana/PR, Latitude: 23°33'36,8"S e Longitude: 51°25'36,0"W.

9. Lote 9: EM Humberto de Alencar Castelo Branco, situa-se à Rua Carmem Miranda, 114, N.H. Castelo Branco, Lote: 3 – A / 1, CEP: 86.812.330, Apucarana/PR, Latitude: 23°33'13,1"S e Longitude: 51°25'34,0"W.

10. Lote 10: EM Joaquim Vicente de Castro, situa-se à Rua Quintino Bocaiúva, 738, Vila Santana Rosa, Lote: 01 a 12 e Quadra: 03, CEP: 86.811.000, Apucarana/PR, Latitude: 23°33'27,3"S e Longitude: 51°26'40,6"W.

11. Lote 11: EM Luiz Carlos Prestes, situa-se à Rua Jardim América, 632, Rua da Independência, Lote: 25 – A / A, CEP: 86.807.030, Apucarana/PR, Latitude: 23°32'40,8"S e Longitude: 51°26'22,7"W.

12. Lote 12: EM Professora Marta Pereira da Silva, situa-se à Rua Santa Cândida, 89, Jardim Menegazzo, Lote: 9 – A – REM - 1, CEP: 86.800-005, Apucarana/PR, Latitude: 23°33'51,9"S e Longitude: 51°28'42,4"W

13. Lote 13: EM Dr. Osvaldo dos Santos Lima, situa-se à Rua Emílio de Menezes, 500, Jardim Alvorada, Lote 124/3 – A e 1 ao 8, SUBD. Lote 124 – Colonização Faz. Gauc. Gleba Três Bocas, CEP: 86.807-360, Apucarana/PR, Latitude: 23°32'14,2"S e Longitude: 51°26'36,1"W.

14. Lote 14: EM Papa João XXIII, situa-se à Rua Natividade, 646, Vila Regina, Lote 134 – A, 134 – C, Gleba Patrimônio Apucarana, CEP: 86.801-450, Apucarana/PR, Latitude: 23°32'53,1"S e Longitude: 51°28'25,3"W.

3. OBSERVAÇÕES

CONTRATANTE - AUTARQUIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE APUCARANA
CONTRATADA - EMPRESA A SER CONTRATADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA

Autarquia Municipal de Educação
Avenida Jaboti, 195
Vila Martins, Apucarana - PR
(43) 3308-1699 | www.apucarana.pr.gov.br/ame

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/06/2026 13:39:03.03.00.03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.gov.com.br/p4b66cb0c1ae59>





Estas especificações fixam os padrões de execução, materiais, e equipamentos a serem empregados, bem como as diretrizes a serem adotadas para os serviços a serem realizados. Caberá a CONTRATADA a verificação, junto às obras, da obediência ao Projeto, Especificações e quantidades dos serviços.

A CONTRATANTE reserva-se o direito de interferir nos trabalhos sempre que estes não se desenvolverem de forma racional e correta.

Qualquer serviço executado em desacordo com as especificações definidas no projeto nº 1691782 e memória de cálculo originados do protocolo nº 01.20251685714234 estudado e elaborado pela Concessionária de Energia COPEL, deverá ser refeito pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE. (carta e memória de cálculo elaborados pela COPEL em anexo)

4. MÉTODOS DE TRABALHO

Os métodos e meios empregados para a execução das várias etapas dos serviços serão de livre opção da CONTRATADA, sujeitos, entretanto, a sugestões e aprovações da CONTRATANTE, quando se torne necessário salvaguardar as características, o cronograma e os resultados de todos os serviços sem restrição às responsabilidades da CONTRATADA conforme definido no Contrato.

Se em qualquer ocasião a CONTRATANTE julgar que os métodos empregados, a aplicação da mão-de-obra, do material e do equipamento da CONTRATADA é ineficiente ao ritmo dos trabalhos ou inadequados à segurança e estabilidade da obra, à segurança dos trabalhadores ou de terceiros, no seu todo ou em partes, poderá ser exigido da CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE, o aumento de equipamentos ou de mão-de-obra, de sua segurança, de sua eficiência e adequabilidade, devendo a CONTRATADA atender tais exigências com a devida presteza.

A CONTRATADA não ficará exonerada da obrigação de empregar os meios adequados ao maior rendimento dos serviços, mesmo que a CONTRATANTE não lhe faça tais

Autarquia Municipal de Educação
Avenida Jaboti, 195
Vila Martins, Apucarana - PR
(43) 3308-1699 | www.apucarana.pr.gov.br/ame

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/06/2026 13:39:03.00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.tpm.com.br/p4b66cb0c1ae59>





exigências. Somente a CONTRATADA será e permanecerá responsável pela segurança, eficiência e adequabilidade dos métodos de trabalho, mão-de-obra e equipamentos empregados.

Os trabalhos deverão ser executados em estrita observância às instruções e desenhos fornecidos, bem como às disposições de Contrato e das presentes Especificações.

5. ASSISTÊNCIA DA CONTRATADA

Deverá ser mantida no local dos serviços uma equipe de profissionais com capacidade técnica adequada para execução dos serviços constantes neste memorial e em quantidade necessária ao cumprimento do cronograma físico.

A CONTRATADA também será responsável pelo fornecimento de equipamentos de proteção individual e coletiva (EPI's e EPC's), em cumprimento às normas vigentes, para seus funcionários

6. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE SERVIÇOS

6.1. GENERALIDADES

O objeto deverá ser executado por profissionais devidamente habilitados, abrangendo todos os serviços, desde O INICIO até a limpeza e entrega das atividades, com todas as instalações e sistemas em perfeito e completo funcionamento.

6.2. SERVIÇOS

Reforço de rede de baixa tensão com troca de transformador para atender o padrão 3x200A das 14 instituições.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Execução: Não poderão ser executados serviços sem consulta prévia e autorização do CONTRATANTE. Deverão ser emitidas ART da responsabilidade do profissional

Autarquia Municipal de Educação

Avenida Jaboti, 195

Vila Martins, Apucarana - PR

(43) 3308-1699 | www.apucarana.pr.gov.br/ame

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/05/2026 13:39:03.00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ictpm.com.br/p4b66cb0c1ae59>





AUTARQUIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



AUTARQUIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

relacionado à empresa e assinados por profissionais credenciados pelo CREA/CONFEA, após as assinaturas as cópias deverão ser encaminhadas à CONTRATANTE.

Todo transporte de equipamentos ou materiais deve ser realizado dentro das normas de segurança e por conta da CONTRATADA. Caberá somente a CONTRATANTE a suspensão de itens considerados desnecessários, os quais serão subtraídos do valor global. Na execução dos serviços poderá haver adaptações para a adoção de materiais com padrão comercial de produção. Nesse caso deverão ser aprovadas pela CONTRATANTE eventuais alterações em relação ao projeto apresentado.

Todos os resíduos da construção deverão ser convenientemente removidos e destinados por conta da CONTRATADA. A obra deve ser entregue limpa e com teste em todos os sistemas efetuados.

Todo entorno afetado pela obra deve ser reconstruído, com calçamento, paredes próximas, etc.

Observações: Para execução dos serviços, o presente Memorial Descritivo não limita a boa técnica e experiência da CONTRATADA, indicando apenas as condições mínimas necessárias para a consecução do objeto de licitação.

Apucarana, 26 de maio de 2026.



Assinado digitalmente por:
LUIZ FELIPE BORTOTTI
***.797.979.**

Assinatura digital avançada.

Luiz Felipe Bortotti
Engenheiro Civil
CREA 185.843/D

Autarquia Municipal de Educação
Avenida Jaboti, 195
Vila Martins, Apucarana - PR
(43) 3308-1699 | www.apucarana.pr.gov.br/ame

